

# Cadernos de Questões comentadas

## Teste de Progresso

**Direito**



**2025**

## **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO**

Antônio Luiz da Silva Laginestra  
**Presidente**

Jorge Farah  
**Vice-Presidente**

Luiz Fernando da Silva  
**Secretário**

Carlos Alberto Oliveira Ramos da Rocha  
José Luiz da Rosa Ponte  
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro  
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa  
**Vogais**

Luis Eduardo Possidente Tostes  
**Direção Geral**

Michele Mendes Hiath Silva  
**Direção de Planejamento**

Solange Soares Diaz Horta  
**Direção Administrativa**

Fillipe Ponciano Ferreira  
**Direção Jurídica**

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO**

Verônica Santos Albuquerque  
**Reitora**

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel  
**Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão**

Mariana Beatriz Arcuri  
**Direção Acadêmica de Ciências da Saúde**

Vivian Telles Paim  
**Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas**

Anne Rose Alves Federici Marinho  
**Direção de Educação a Distância**

## **HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO**

Rosane Rodrigues Costa  
**Direção Geral**

## **CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO**

Roberta Franco de Moura Monteiro  
**Direção**

## **CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – CCFP**

Edenise da Silva Antas  
**Direção**

Copyright© 2025  
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

**EDITORA UNIFESO**

**Comitê Executivo**

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel (Presidente)

**Conselho Editorial e Deliberativo**

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel

Mariana Beatriz Arcuri

Verônica dos Santos Albuquerque

Vivian Telles Paim

**Assistente Editorial**

Matheus Moreira Nogueira

**Formatação**

Matheus Moreira Nogueira

**Capa**

Gerência de Comunicação

C389 Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Caderno de questões comentadas do Teste de Progresso: Direito / Centro  
Universitário Serra dos Órgãos. -- Teresópolis: UNIFESO, 2025.  
71 p.: il. color.

ISBN 978-65-5320-025-8

1. Teste de Progresso. 2. Avaliação do Desempenho Discente.
3. Direito. 4. Unifeso. I. Título.

CDD 378.8153

EDITORA UNIFESO

*Avenida Alberto Torres, nº 111*

*Alto - Teresópolis - RJ - CEP: 25.964-004*

**Telefone:** (21) 2641-7184

**E-mail:** [editora@unifeso.edu.br](mailto:editora@unifeso.edu.br)

**Endereço Eletrônico:** <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

## APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso consiste em um instrumento avaliativo que foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil sua primeira aplicação se deu em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de Graduação em Direito, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a complexidade das questões para todos os períodos. São cinquenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e quarenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso e fundamentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O Teste de Progresso permite que seja avaliada a evolução do estudante, bem como das turmas, ao longo do curso. Serve também como alicerce para constantes reavaliações curriculares e dos processos avaliativos aplicados, favorecendo a elaboração de novas estratégias, quando necessário. Sendo assim, podemos considerá-lo um instrumento fundamental para a garantia de uma auto-avaliação pelos discentes e pelo curso como um todo.

## AUTORES

Ana Luisa Leão de Aquino Barreto  
Alberto Lopes da Rosa  
Caio Márcio Gutterres Taranto  
Carla Ferreira Gonçalves  
Carlos Henrique Ramos  
Débora Lubrano de Mendonça  
Felipe Cavaliere Tavares  
Gisele Alves de Lima Silva  
Joaquim Humberto Coelho de Oliveira  
Josimar Domingues Teixeira  
Luanna da Silva Figueira  
Lucas Baffi Ferreira Pinto  
Paulo Cruz da Silva Junior  
Raphaela Magnino Rosa Portilho  
Tainah Simões Sales Thiago  
Tatiana Constâncio Silva

|                                                                                   |                                                                            |        |                  |                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|--------|------------------|-------------------|
|  | <b>PRESENCIAL</b><br><b>CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO</b>                  |        |                  | <b>NOTA FINAL</b> |
|                                                                                   | Aluno:                                                                     |        |                  |                   |
|                                                                                   | Componente Curricular: CONHECIMENTOS GERAIS e<br>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS |        |                  |                   |
|                                                                                   | Professor (es):                                                            |        |                  |                   |
|                                                                                   | Período: 202501                                                            | Turma: | Data: 29/05/2025 |                   |

## TESTE DE PROGRESSO 2025 - DIREITO

### RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA PROVA 10408 - CADERNO 001

#### 1ª QUESTÃO

##### Enunciado:

##### TEXTO 1:

A Inteligência Artificial (IA) generativa é capaz de criar novos dados, únicos, que possibilitam aprender por conta própria, indo além do que a tecnologia tradicional proporciona, visto que esta precisa de intervenção humana. Um exemplo da IA generativa é o ChatGPT, que pode gerar imagens, músicas e textos completamente novos. Entre outras coisas, por meio da IA generativa, é possível elaborar modelos de previsão de testes clínicos, realizar a identificação de padrões em exames médicos e, ainda, auxiliar no diagnóstico de doenças.

Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/07/12/internet-e-redes-sociais/inteligencia-artificial-generativa-o-que-ecomo-funciona-e-onde-usar/>. Acesso em: 2 ago. 2023 (adaptado).

##### TEXTO 2:

Acredita-se que a tecnologia de IA generativa será disruptiva e, portanto, capaz de alterar drasticamente a maneira como o ser humano se relaciona com as máquinas. O uso da IA generativa pode causar importante revolução no segmento de produção de conteúdo. Muitas dessas consequências poderão ser maléficas para diversos setores da sociedade. Além do mau uso dessa tecnologia e das questões éticas, avalia-se que ela pode agravar a desigualdade econômico-social, tanto entre nações quanto entre indivíduos da mesma nação.

Disponível em: <https://canaltech.com.br/inteligencia-artificial/o-que-e-ia-generativa/>. Acesso em: 2 ago. 2023 (adaptado).

Considerando os textos apresentados, é correto afirmar que a IA generativa

**Alternativas:****(alternativa A)**

restringe o aprendizado ao que é legalmente estabelecido e útil ao ser humano, o que facilita seu modo de agir no mundo do conhecimento e do trabalho.

**(alternativa B) (CORRETA)**

proporciona novos recursos de linguagem que geram tecnologias capazes de realizar interações próprias dos seres humanos.

**(alternativa C)**

promove a igualdade econômico-social ao substituir o ser humano no exercício de profissões cujas atividades sejam repetitivas e exijam pouco conhecimento.

**(alternativa D)**

estimula o desenvolvimento intelectual dos seres humanos, uma vez que ela assume parte do conhecimento, resolvendo problemas antes delegados apenas a especialistas.

**(alternativa E)**

gera pouco impacto socioeconômico em países com elevado desenvolvimento tecnológico, pois, neles, os processos de criação e inovação já estão bem consolidados.

**Resposta comentada:**

ENADE 2023 - QUESTÃO 4

**Feedback:**

--

**2ª QUESTÃO****Enunciado:**

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) tem sido uma força transformadora no mercado de trabalho e em diversos setores da economia, como saúde, transporte e finanças. A automação de processos, a utilização de algoritmos para análise de dados e o desenvolvimento de sistemas autônomos têm trazido mudanças significativas nas dinâmicas de trabalho, no cotidiano das pessoas e nas formas de interação com a tecnologia.

Por exemplo, na saúde, a IA tem sido empregada para automatizar diagnósticos médicos, realizar cirurgias assistidas por robôs e personalizar tratamentos com base em dados genéticos. No setor de transporte, os carros autônomos e os sistemas de logística baseados em IA estão reformulando a maneira como as pessoas se deslocam e como as mercadorias são transportadas. Já nas finanças, algoritmos de IA são utilizados para prever mercados financeiros, realizar transações automáticas e melhorar a avaliação de crédito.

Apesar das melhorias em eficiência e da criação de novas oportunidades de trabalho em áreas emergentes, surgem preocupações sobre o impacto da IA na substituição de empregos tradicionais, principalmente em áreas que dependem de tarefas repetitivas e de baixo valor agregado. Além disso, a dependência crescente de sistemas autônomos e algoritmos levanta questões sobre a segurança, privacidade e ética no uso dessas tecnologias.

Com base nesse contexto, qual das alternativas a seguir descreve corretamente um dos impactos principais da inteligência artificial no mercado de trabalho e no cotidiano das pessoas?

**Alternativas:****(alternativa A)**

A utilização de IA em setores como transporte e saúde não gera preocupações em relação à ética e segurança, pois os sistemas autônomos e os algoritmos são totalmente infalíveis e não apresentam riscos relacionados à privacidade ou à dependência tecnológica.

**(alternativa B)**

A inteligência artificial tem sido amplamente utilizada apenas em setores de alta qualificação, como medicina e finanças, e não possui impacto significativo sobre as funções de baixo valor agregado, como as realizadas por trabalhadores em fábricas e no transporte.

**(alternativa C)**

A IA no setor de saúde está tornando os tratamentos médicos mais acessíveis, pois pode realizar diagnósticos e procedimentos de forma mais rápida e eficiente, sem prejudicar a relação médico-paciente ou a personalização do atendimento.

**(alternativa D) (CORRETA)**

A implementação crescente de IA nas áreas de transporte, saúde e finanças está criando novas oportunidades de emprego em funções especializadas, mas também provocando a substituição de empregos tradicionais, exigindo a adaptação da força de trabalho para lidar com essas mudanças.

**(alternativa E)**

O impacto da IA no mercado de trabalho se limita à automação de tarefas repetitivas, não gerando nenhuma mudança significativa no cotidiano das pessoas, que continuam a trabalhar nas mesmas condições, sem mudanças nos setores como transporte, educação ou segurança pública.

**Resposta comentada:**

**a): Incorreta.** A inteligência artificial não está restrita apenas a setores de alta qualificação, como medicina e finanças. Ao contrário, ela está sendo amplamente aplicada em setores que envolvem tarefas repetitivas e de baixo valor agregado, como fábricas e transporte. A automação de tarefas nessas áreas pode substituir uma grande parte da força de trabalho humana, gerando desemprego estrutural e exigindo requalificação profissional. Portanto, a IA tem impacto direto em uma ampla gama de funções, não se limitando aos setores de alta qualificação.

**b): Incorreta.** Embora a IA esteja trazendo avanços significativos no setor de saúde, como diagnósticos mais rápidos e tratamentos personalizados, ela também levanta preocupações quanto à desumanização do atendimento médico. A substituição de interações humanas por diagnósticos automatizados pode prejudicar a relação médico-paciente e a empatia, que são fundamentais para a eficácia de muitos tratamentos. Portanto, a utilização de IA não é totalmente isenta de riscos, especialmente no que diz respeito à humanização do cuidado.

**c): Incorreta.** A afirmação de que o impacto da IA no mercado de trabalho se limita à automação de tarefas repetitivas e não gera mudanças no cotidiano das pessoas é simplista e errônea. A IA está mudando drasticamente o mercado de trabalho, afetando desde a organização do trabalho em fábricas até a forma como as pessoas se deslocam e se comunicam. O uso de IA em setores como transporte, saúde e educação está criando novas formas de interação, mas também levantando questões sobre a substituição de empregos e a adaptação dos trabalhadores às novas exigências do mercado.

**d): Correta.** A implementação crescente de IA nas áreas de transporte, saúde e finanças está, de fato, criando novas oportunidades de emprego em funções especializadas, como analistas de dados, desenvolvedores de algoritmos e especialistas em IA. No entanto, isso também está provocando a substituição de empregos tradicionais, como motoristas de transporte, operadores de caixa e atendentes, o que exige que os trabalhadores se adaptem a novas funções, muitas vezes requerendo requalificação profissional. Assim, a IA tem tanto aspectos positivos (criação de novas oportunidades) quanto negativos (substituição de empregos tradicionais).

**e): Incorreta.** A utilização de IA em setores como transporte e saúde gera, sim, preocupações éticas e de segurança, principalmente em relação à privacidade dos dados e à dependência tecnológica. Sistemas autônomos, como carros autônomos e assistentes de saúde baseados em IA, não são infalíveis e podem apresentar falhas, como erros de diagnóstico ou falhas nos sistemas de navegação, com consequências graves. A ética no uso da IA, a segurança de dados e os riscos associados à automação são questões críticas que precisam ser abordadas com cautela.

**Feedback:**

--

**3ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

No Brasil, os idosos têm sido cada vez mais obrigados a permanecer no trabalho formal ou informal, mesmo após a aposentadoria, visto que os recursos provenientes desta, na maioria dos casos, são insuficientes para a manutenção dos indivíduos. Um fator que pode ter agravado essa situação foi a aprovação da reforma previdenciária de 2019, que modificou as regras de idade e contribuição para o acesso ao direito ao benefício da aposentadoria. Tal mudança pode ter resultado em um número ainda maior de idosos que disputam com as populações jovens e com sistemas de automação, no mercado atual, o trabalho precarizado. Essa situação contribui para o acirramento do preconceito contra essa faixa etária, denominado etarismo. Considerando o texto apresentado, avalie as afirmações a seguir.

- I. O conceito de etarismo fundamenta-se no fato de os idosos terem capacidade de trabalho reduzida e imporem custo elevado à previdência social, o que compromete a sua sustentabilidade econômica.
- II. As ações legislativas que visem ao prolongamento do tempo de atuação da população idosa no mercado de trabalho devem ser acompanhadas por uma política de promoção da saúde e da qualidade de vida.
- III. As ações intergeracionais no mercado de trabalho têm como premissa o desenvolvimento de tecnologias que dotem o idoso de capacidade de trabalho equivalente à de seus colegas jovens.

É correto o que se afirma em:

**Alternativas:****(alternativa A)**

I e II, apenas.

**(alternativa B) (CORRETA)**

II, apenas.

**(alternativa C)**

III, apenas.

**(alternativa D)**

I, II e III.

**(alternativa E)**

I e III, apenas.

**Resposta comentada:**

ENADE 2023 - QUESTÃO 7

**Feedback:**

--

**4ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

O município de Teresópolis, localizado na região serrana do Rio de Janeiro, tem histórico de tragédias causadas por chuvas intensas, resultando em deslizamentos de terra e inundações que afetam severamente a população, especialmente aquela residente em áreas de risco. O Direito à Cidade, um conceito amplamente discutido no âmbito dos direitos humanos, inclui o direito à moradia segura e ao bem-estar urbano. Diante desse cenário, é crucial analisar políticas públicas que possam mitigar os impactos das intempéries climáticas.

Após fortes chuvas, Teresópolis enfrentou novamente deslizamentos e inundações, deixando dezenas de pessoas desabrigadas. A prefeitura está buscando implementar uma política que respeite o Direito à Cidade, minimizando os riscos para a população em futuros eventos climáticos extremos.

Analise entre diferentes abordagens de políticas públicas, as alternativas abaixo e identifique qual delas melhor reflete uma solução alinhada ao Direito à Cidade, considerando a prevenção de tragédias relacionadas às chuvas em Teresópolis, RJ.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Investir exclusivamente em sistemas de drenagem nas áreas centrais da cidade, onde o comércio é mais afetado.

**(alternativa B) (CORRETA)**

Desenvolver um programa de realocação de famílias das áreas de alto risco para bairros com infraestrutura segura e sustentável.

**(alternativa C)**

Promover campanhas de conscientização sobre os riscos das chuvas, sem intervenções físicas no ambiente urbano.

**(alternativa D)**

Construir mais casas em áreas de risco para abrigar rapidamente as vítimas das enchentes.

**(alternativa E)**

Aumentar a fiscalização temporária durante os períodos de chuva, sem alterar a estrutura urbana permanente.

**Resposta comentada:**

A alternativa c) apresenta uma solução que não apenas oferece uma resposta imediata ao problema, mas também uma abordagem preventiva e sustentável, alinhada ao conceito do Direito à Cidade. Ela garante moradia segura, promove o bem-estar urbano e reduz a vulnerabilidade da população frente a desastres naturais, respeitando os princípios dos direitos humanos e a necessidade de uma cidade segura e inclusiva.

*a) Construir mais casas em áreas de risco para abrigar rapidamente as vítimas das enchentes.*

Esta alternativa está incorreta porque construir casas em áreas de risco não resolve o problema a longo prazo e pode, de fato, aumentar a vulnerabilidade da população. O Direito à Cidade inclui o direito à moradia segura, e construir em locais propensos a desastres naturais contraria esse princípio, expondo ainda mais as pessoas a perigos futuros.

*b) Investir exclusivamente em sistemas de drenagem nas áreas centrais da cidade, onde o comércio é mais afetado.*

A alternativa é inadequada porque foca apenas nas áreas comerciais centrais, negligenciando as regiões periféricas onde a população vulnerável frequentemente reside. Para respeitar o Direito à Cidade, as soluções devem ser inclusivas e equitativas, abordando as necessidades de todos os cidadãos, especialmente aqueles em maior risco de desastres naturais.

*d) Aumentar a fiscalização temporária durante os períodos de chuva, sem alterar a estrutura urbana permanente.*

Esta opção não é eficaz porque medidas temporárias de fiscalização não modificam as condições estruturais que levam a deslizamentos e inundações. O Direito à Cidade requer soluções sustentáveis e permanentes que assegurem a segurança e o bem-estar da população, não apenas durante os períodos de emergência, mas de forma contínua.

*e) Promover campanhas de conscientização sobre os riscos das chuvas, sem intervenções físicas no ambiente urbano.*

Embora a conscientização seja importante, a alternativa não oferece uma solução concreta para proteger fisicamente a população dos impactos das chuvas. Informar sobre os riscos é apenas uma parte do processo; sem intervenções físicas, como realocações e melhorias na infraestrutura, a população vulnerável continua exposta a graves riscos, o que não atende ao Direito à Cidade e à segurança dos cidadãos.

**Feedback:**

Autor:

Victor Claudio Oliveira

**5ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Em 2024, o Brasil enfrentou uma das piores crises de incêndios florestais de sua história. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelaram que o país registrou 278.299 focos de incêndio, representando um aumento de 46,5% em relação ao ano anterior. A maior parte dos incêndios ocorreu na Amazônia, com 140.346 focos, seguida pelo Cerrado, com 81.468 focos

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-2783-mil-focos-de-incendio-em-2024-diz-inpe/>

Além disso, o Monitor do Fogo do MapBiomas indicou que 73% da área queimada correspondia a vegetação nativa, incluindo florestas e savanas. Esse cenário foi exacerbado por uma seca extrema, considerada a pior dos últimos 74 anos, agravada pelo fenômeno climático El Niño .

<https://www.brasildefato.com.br/2024/09/14/70-das-queimadas-no-brasil-em-2024-destruiram-vegetacao-nativa/>

A crise teve impactos significativos, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a degradação de ecossistemas essenciais para a biodiversidade e o equilíbrio climático.

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que:

**Alternativas:****(alternativa A)**

O aumento das queimadas em 2024 foi menor do que o registrado em 2023, indicando uma tendência de melhora.

**(alternativa B)**

O aumento dos focos de incêndio foi exclusivamente causado por ações criminosas, sem influência de fatores climáticos.

**(alternativa C)**

A seca extrema de 2024 foi um fenômeno natural isolado, sem relação com o aquecimento global.

**(alternativa D) (CORRETA)**

A maior parte da área queimada correspondeu a vegetação nativa, indicando um impacto ambiental significativo.

**(alternativa E)**

O fenômeno El Niño não teve influência nos incêndios de 2024, que foram causados apenas por práticas agrícolas.

**Resposta comentada:**

A maior parte da área queimada correspondeu a vegetação nativa, indicando um impacto ambiental significativo.

**Feedback:**

--

**6ª QUESTÃO****Enunciado:**

Texto I

Segundo o Ministério da Saúde, em 2017 o Brasil registrou uma média nacional de 5,7 óbitos para 100 mil habitantes. Na população indígena, foi registrado um número de óbitos três vezes maior que a média nacional – 15,2. Destes registros, 44,8% (aproximadamente, 6,8 óbitos), são suicídios de crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos. Esses dados contrastam com o panorama nacional, em que o maior índice é entre adolescentes e adultos de 15 a 20 anos.

Disponível em: <https://www.cvv.org.br/blog/o-suicidio-do-povo-indigena/>. Acesso em: 30 de abr. 2020 (adaptado).

## Texto II:

Evidências apontam que, em determinadas minorias étnico-raciais, como os indígenas (aborígenes ou populações nativas), o suicídio entre crianças apresenta taxas bem mais elevadas do que as observadas na população geral. No Brasil, o enfocamento foi utilizado mais frequentemente entre indígenas do que entre não indígenas, não se observando, no primeiro grupo, suicídios por intoxicação ou por armas de fogo. O mapa a seguir apresenta a distribuição dos óbitos por suicídio entre crianças e adolescentes indígenas no Brasil, entre os anos de 2010 e 2014.



SOUZA, M. Mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, v.35, Rio de Janeiro, 2019 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas e o alto índice de suicídio da população indígena, avalie as afirmações a seguir.

- I. O elevado índice de suicídios entre crianças e adolescentes indígenas no país evidencia a necessidade de ações com foco nos direitos fundamentais desses indivíduos.
- II. Os estados do Pará e de Tocantins são os que possuem os maiores índices de suicídio de indígenas na faixa etária de 10 a 14 anos.
- III. Os povos das tribos originárias do Brasil, no que tange a sua história e preservação cultural, não estão amparados por direitos e garantias constitucionais.
- IV. O estabelecimento de ações preventivas ao suicídio nas comunidades indígenas deve considerar os elementos globais que afetam a população em geral, na faixa etária entre 15 e 20 anos.

É correto apenas o que se afirma em

**Alternativas:****(alternativa A)**

I e III.

**(alternativa B)**

II.

**(alternativa C)**

III e IV.

**(alternativa D) (CORRETA)**

I.

**(alternativa E)**

II e IV.

**Resposta comentada:**

ENADE 2021 - QUESTÃO 5

**Feedback:**

--

**7ª QUESTÃO****Enunciado:**

Em 2019, a violência armada foi três vezes maior para a população negra, em comparação com a não negra, tanto para a população geral quanto para o grupo jovem (entre 15 e 29 anos de idade). Quanto à taxa de mortalidade por 100 mil habitantes no grupo de pessoas com até 14 anos de idade, destaca-se, da mesma forma, a desigualdade na vitimização de crianças e adolescentes negros por agressão com arma de fogo, com taxa 3,6 vezes maior do que a de não negros em 2019.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial. Disponível em: <https://soudapaz.org>. Acesso em: 6 jul. 2022 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

O fator racial é um importante condicionante na análise de dados relativos a homicídios e violência no Brasil na população de adolescentes e jovens.

**PORQUE**

A população negra sofre mais violência do que a população não negra, em razão do racismo estrutural existente no país, além de outras vulnerabilidades sociais associadas a essa forma de preconceito.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**(alternativa B)**

A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

**(alternativa C)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**(alternativa D)**

As asserções I e II são proposições falsas.

**(alternativa E)**

As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**Resposta comentada:**

ENADE 2022 - QUESTÃO 3

**Feedback:**

--

**8ª QUESTÃO****Enunciado:**

Nos últimos anos, a busca por fontes de energia renovável tem se intensificado no cenário global, especialmente por conta dos impactos das mudanças climáticas e da crescente preocupação com a dependência de combustíveis fósseis. Além disso, a transição para fontes de energia limpa tem gerado novas dinâmicas geopolíticas, onde países ricos em recursos naturais renováveis se tornam protagonistas no fornecimento de energia. Um exemplo disso é a crescente produção de energia solar no Oriente Médio e a aposta da União Europeia em energia eólica.

Com base nesse contexto, qual das alternativas a seguir reflete corretamente um impacto geopolítico relacionado ao uso de energia renovável?

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

A produção de energia solar em países como a Arábia Saudita fortalece o papel do Oriente Médio na geopolítica energética, uma vez que o país passa a diversificar sua matriz energética e diminuir sua dependência do petróleo.

**(alternativa B)**

A produção de energia eólica no Brasil contribui para uma diminuição do papel do petróleo no mercado global, diminuindo a influência dos países produtores de petróleo.

**(alternativa C)**

O aumento da produção de biocombustíveis no mundo resulta em uma diminuição do poder geopolítico dos Estados Unidos, que depende da importação de petróleo para suprir suas necessidades energéticas.

**(alternativa D)**

A crescente dependência da energia solar na União Europeia leva a uma maior dependência da Rússia, que é líder na produção de tecnologia solar.

**(alternativa E)**

A transição para energia renovável enfraquece a influência geopolítica de países da América Latina, uma vez que o petróleo e o gás, que são suas principais exportações, não são mais necessários.

**Resposta comentada:**

**a): Incorreta.** Embora o Brasil tenha avançado em produção de energia eólica, não é esse o fator principal que diminui a influência dos países produtores de petróleo, como os do Oriente Médio. A principal razão pela qual a influência do petróleo pode ser afetada é a transição global para energias renováveis e não apenas o desenvolvimento de energia eólica em um único país.

**b): Correta.** A Arábia Saudita tem investido pesadamente em energia solar como parte de sua estratégia para diversificar sua economia e reduzir a dependência do petróleo. Isso, por sua vez, fortalece o papel do Oriente Médio na geopolítica energética, pois a região, rica em recursos solares, se posiciona como uma nova potência em energias renováveis.

**c): Incorreta.** A União Europeia tem investido fortemente em energia solar, mas não é a Rússia que lidera a produção de tecnologia solar. Pelo contrário, a Europa tem buscado se tornar mais autossuficiente em termos de energias renováveis, sem depender excessivamente da Rússia.

**d): Incorreta.** Embora a transição para energias renováveis impacte a demanda por petróleo e gás, isso não enfraquece automaticamente a geopolítica dos países latino-americanos. Muitos desses países ainda possuem vastos recursos naturais que podem ser explorados de outras formas, como minerais e metais raros, que são essenciais para as tecnologias de energias renováveis.

**e): Incorreta.** A produção de biocombustíveis, embora importante, não diminui o poder geopolítico dos Estados Unidos. Na verdade, os EUA são um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo, e isso pode até fortalecer sua posição geopolítica, uma vez que o país é um importante fornecedor de fontes alternativas de energia.

**Feedback:**

--

**9ª QUESTÃO****Enunciado:**

O cinema brasileiro, ao longo de sua história, tem sido profundamente influenciado por aspectos culturais, sociais e históricos que refletem as diversas realidades do Brasil. Desde a era do Cinema Novo nos anos 1960, com seu forte engajamento político e social, até o surgimento de novos movimentos e estilos de produção, o cinema brasileiro tem buscado retratar a complexidade da sociedade brasileira. Filmes como "Central do Brasil" (1998), "Cidade de Deus" (2002), e "Que Horas Ela Volta?" (2015) abordam temas como a desigualdade social, o contexto urbano, as relações de classe e a luta por direitos. Além disso, a representação de culturas regionais e identidades diversas também é uma marca presente na produção cinematográfica nacional.

Com isso, a cultura brasileira se reflete de várias formas no cinema, seja pela representação de suas músicas, culinárias, danças, costumes e outras manifestações culturais que têm forte apelo popular. A seguir, analise as alternativas sobre as influências culturais no cinema brasileiro.

Qual das alternativas a seguir melhor descreve uma característica das influências culturais no cinema brasileiro?

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

Filmes como "Cidade de Deus" e "Central do Brasil" representam a realidade das favelas e das periferias urbanas, abordando temas como a desigualdade social e a luta por um futuro melhor, refletindo a complexidade social do Brasil.

**(alternativa B)**

O cinema brasileiro tem constantemente se afastado das questões sociais e culturais do país, preferindo retratar histórias universais sem qualquer ligação com a realidade brasileira.

**(alternativa C)**

O cinema brasileiro tem se limitado a representar apenas as grandes metrópoles, deixando de fora as questões sociais e culturais das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

**(alternativa D)**

O cinema brasileiro tem se dedicado apenas a representar questões históricas, sem explorar aspectos contemporâneos da sociedade, como a vida urbana e as questões de gênero.

**(alternativa E)**

O cinema brasileiro tem mantido um foco exclusivo na cultura elitista e nas experiências da classe média alta, ignorando a diversidade cultural do Brasil, especialmente as camadas populares.

**Resposta comentada:**

**Alternativa a): Incorreta.** Embora o cinema brasileiro tenha tido, historicamente, um foco considerável nas grandes cidades, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, muitos filmes também têm retratado a realidade das regiões Norte e Nordeste. Exemplos como *O Som ao Redor* (2012) e *O Céu de Suely* (2006) demonstram o interesse de cineastas em explorar diferentes realidades culturais e sociais além das grandes metrópoles. Portanto, essa afirmação não é precisa.

**Alternativa b): Incorreta.** O cinema brasileiro, ao contrário, tem se aprofundado cada vez mais em questões sociais e culturais específicas do Brasil, como a desigualdade social, o preconceito, e a luta por direitos. Filmes como *Que Horas Ela Volta?* (2015) e *Bacurau* (2019) refletem a realidade do país, e não se afastam das questões culturais brasileiras, muito pelo contrário, as abordam de maneira intensa e específica.

**Alternativa c): Correta.** Filmes como *Cidade de Deus* (2002) e *Central do Brasil* (1998) são marcos do cinema brasileiro justamente porque abordam as realidades das favelas e periferias urbanas, refletindo temas como a desigualdade social e as dificuldades da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que exploram a busca de personagens por um futuro melhor. Essas obras refletem a complexidade social e cultural do Brasil de forma autêntica, capturando as nuances das classes populares e sua luta por sobrevivência e dignidade.

**Alternativa d): Incorreta.** O cinema brasileiro, embora tenha abordado temas históricos, também tem explorado aspectos contemporâneos da sociedade, como a vida urbana, questões de gênero, e os conflitos de classe. Filmes como *Que Horas Ela Volta?* (2015), por exemplo, abordam questões de classe e gênero no Brasil moderno. Portanto, a ideia de que o cinema brasileiro se dedica exclusivamente a questões históricas é imprecisa.

**Alternativa e): Incorreta.** O cinema brasileiro tem se destacado pela sua diversidade cultural e pela representação das classes populares, ao contrário de manter um foco exclusivo na cultura elitista. Filmes como *O Auto da Compadecida* (2000), *Bacurau* (2019) e *A Moreninha* (2017) exploram tanto a cultura popular quanto questões ligadas às camadas mais baixas da sociedade, refletindo uma rica variedade cultural que inclui diferentes regiões do Brasil.

**Feedback:**

--

**10ª QUESTÃO****Enunciado:**

A guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos com diversos países tem impactado a economia global e, conseqüentemente, afetado diferentes segmentos sociais. Especial atenção deve ser dada à população em vulnerabilidade social, que pode sofrer mais diretamente com as conseqüências econômicas, como aumento de preços e perda de empregos. Os Direitos Humanos, incluindo o direito ao trabalho e à uma vida digna, são colocados em questão quando tais políticas comerciais impactam desproporcionalmente os mais vulneráveis.

Suponha que você é um analista de políticas públicas e precisa avaliar os impactos das tarifas comerciais impostas pelos EUA sobre a população vulnerável de um país em desenvolvimento. Essas tarifas resultaram na elevação do custo de bens essenciais e na redução de oportunidades de exportação, afetando diretamente a estabilidade econômica e social.

Empregando conhecimentos de Direitos Humanos e análise de impacto social, identifique qual das seguintes estratégias seria mais eficaz para proteger a população vulnerável dos efeitos negativos da guerra comercial.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Incentivar a importação de produtos dos EUA para fortalecer o comércio bilateral.

**(alternativa B)**

Implementar subsídios para grandes empresas exportadoras para que mantenham seus lucros.

**(alternativa C)**

Promover a liberalização total do comércio para aumentar a competitividade e reduzir preços internos.

**(alternativa D) (CORRETA)**

Estabelecer programas de assistência social focados na redução do custo de vida para famílias de baixa renda.

**(alternativa E)**

Criar barreiras tarifárias retaliatórias para forçar os EUA a rever suas políticas comerciais.

**Resposta comentada:**

*c) Estabelecer programas de assistência social focados na redução do custo de vida para famílias de baixa renda.*

A alternativa emprega uma estratégia direta de mitigação dos impactos negativos sobre a população vulnerável, alinhando-se com a aplicação dos princípios dos Direitos Humanos. Ao focar na redução do custo de vida para famílias de baixa renda, o governo pode garantir que esses grupos não sejam desproporcionalmente prejudicados pela guerra comercial, assegurando assim um nível básico de bem-estar e dignidade, que são fundamentais para os Direitos Humanos.

*a) Implementar subsídios para grandes empresas exportadoras para que mantenham seus lucros.*

Esta alternativa está incorreta porque foca nos interesses das grandes empresas e não diretamente na proteção da população vulnerável. Subsídios para empresas podem ajudar a manter a economia estável, mas não garantem que os benefícios cheguem às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, podem desviar recursos que poderiam ser utilizados para programas sociais mais direcionados.

*b) Criar barreiras tarifárias retaliatórias para forçar os EUA a rever suas políticas comerciais.*

Esta opção é inadequada porque pode levar a uma escalada da guerra comercial, resultando em mais retaliações e potencialmente aumentando o custo de bens importados necessários. Isso poderia agravar ainda mais a situação econômica e impactar negativamente a população vulnerável, que já enfrenta dificuldades com o aumento do custo de vida.

*d) Promover a liberalização total do comércio para aumentar a competitividade e reduzir preços internos.*

Embora a liberalização do comércio possa, em teoria, levar a uma redução de preços devido à maior competitividade, essa estratégia não oferece uma proteção imediata e específica para a população vulnerável. Além disso, a remoção de tarifas de proteção pode prejudicar setores industriais locais, resultando potencialmente em perdas de empregos, o que afetaria negativamente os direitos trabalhistas e a segurança econômica dos mais pobres.

*e) Incentivar a importação de produtos dos EUA para fortalecer o comércio bilateral.*

Esta alternativa não aborda a questão da vulnerabilidade social e pode, na verdade, piorar a situação ao aumentar a dependência de produtos importados. Isso pode levar a um desequilíbrio na balança comercial e a uma possível elevação dos preços de produtos locais, prejudicando a população de baixa renda que depende de bens e serviços essenciais produzidos internamente.

**Feedback:**

--

**11ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Nas palavras de Cezar Roberto Bittencourt:

“Princípios, hoje insertos, explícita ou implicitamente, em nossa Constituição (art. 5º), têm a função de orientar o legislador ordinário para a adoção de um sistema de controle penal voltado para os direitos humanos, embasado em um Direito Penal da culpabilidade, um Direito Penal mínimo e garantista (Bittencourt, 2010, p. 40).

(Bittencourt, Cezar Roberto Tratado de direito penal: parte geral 1 – 15. Ed. Ver., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010).

Considerando a matéria de princípios gerais do Direito Penal, analise as assertivas abaixo:

Julia, primária e de bons antecedentes, verificando a facilidade de acesso a determinados bens de uma banca de jornal, subtrai duas revistas de receitas de bolo, totalizando o valor do prejuízo em R\$15,00 (quinze reais). Após ser julgada em ação penal o juiz a absolverá.

**PORQUE**

Neste caso a não punibilidade de Julia se justifica pelo princípio da intervenção mínima, o qual determina que o Direito Penal deve ser *ultima ratio*, ou seja, só se aplica em última instância, no caso quando os demais ramos do direito não forem capazes de tutela do bem jurídico lesado.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições falsas.

**(alternativa B)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**(alternativa C) (CORRETA)**

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

**(alternativa D)**

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**(alternativa E)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**Resposta comentada:**

A asserção I está verdadeira, porém a II errada é falsa, pois o princípio que justifica a não punibilidade é princípio da insignificância

**Feedback:**

--

**Enunciado:**

"No antigo modelo desenvolvido pelos evolucionistas o contato entre o pesquisador e os atores sociais nos seus respectivos fenômenos era praticamente inexistente. Isto é, o pesquisador, instalado no seu gabinete, em Londres ou qualquer outra cidade europeia ou americana, de posse das informações coletadas por viajantes, realizava as análises, considerando completamente desnecessário esse contato. Não havia, nesse sentido, qualquer contato com o personagem, com a sua língua, com os seus costumes, não havia, portanto, vivência com os fenômenos sociais. Não havia interação – troca de informações – entre o pesquisador e o pesquisado. A nova antropologia, iniciada no final do século XIX e início do século XX, propunha um outro modelo, no qual o pesquisador, obrigatoriamente, teria que sair do seu ambiente social e instalar-se no ambiente do pesquisado, permanecendo longos períodos nesses espaços, aprendendo o idioma, mas, sobretudo, observando cotidianamente os seus costumes, interessado em penetrar nas mentes dos nativos de cada região". (disponível em [https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11080016022012Antropologia\\_I\\_aula\\_9.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11080016022012Antropologia_I_aula_9.pdf)).

O texto acima se refere a uma nova antropologia, iniciada entre o final do século XIX e o início do século XX. A que teoria antropológica podemos vincular essa nova antropologia?

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

Funcionalismo

**(alternativa B)**

Estruturalismo

**(alternativa C)**

Positivismo

**(alternativa D)**

Pós-modernismo

**(alternativa E)**

Evolucionismo

**Resposta comentada:**

O texto defende a necessidade do antropólogo anotar tudo a respeito das coisas observadas, mesmo aquelas consideradas rotineiras e até sem importância. Além disso, o texto diz respeito ao modo de perceber a cultura do outro. Se antes a cultura do outro era vista como parte de uma totalidade, a cultura universal do homem, nessa nova perspectiva, a cultura do outro, passa a ser vista como uma totalidade autônoma. Essas características são típicas do funcionalismo, defendido por Franz Boaz e Malinowski.

**Feedback:**

--

**13ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Sabe-se que o Poder Público pode estabelecer diversas sanções de ordem administrativa em razão do descumprimento de normas ambientais. Imagine que a empresa ZYX, cujo João é um dos sócios, tenha cometido uma infração ambiental, sendo lavrado o devido auto de infração pelo órgão competente a nível municipal. Dentre as sanções a serem aplicadas, analise as assertivas abaixo:

I. Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

II. Prisão.

III. Suspensão parcial de atividades.

IV. Suspensão total de atividades.

V. Multa simples ou multa diária.

São sanções que podem ser estabelecidas pela via administrativa as contidas nos itens:

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

I, III, IV e V, apenas.

**(alternativa B)**

I, II, III, IV e V.

**(alternativa C)**

I, II e III, apenas.

**(alternativa D)**

II, III, IV e V, apenas.

**(alternativa E)**

I, IV e V, apenas.

**Resposta comentada:**

Apenas o Poder Judiciário pode estabelecer pena de prisão por crimes ambientais. As demais assertivas indicam sanções de ordem administrativa, conforme disposto na Lei dos Crimes Ambientais.

**Feedback:**

--

**14ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um modelo de federalismo cooperativo, com repartição de competências tributárias entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, buscando garantir autonomia e equilíbrio fiscal entre os entes federativos.

Considerando as disposições constitucionais sobre competência tributária, assinale a alternativa que indica as afirmações corretas:

I – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir taxas, desde que decorrentes do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços públicos específicos e divisíveis.

II – Os Estados podem instituir impostos residuais, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos já previstos na Constituição.

III – O Distrito Federal possui competência para instituir tanto o ICMS quanto o ISS, pois acumula competências dos Estados e dos Municípios.

IV – A União pode instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, de interesse das categorias profissionais e a contribuição de iluminação pública. Esta última também pode ser instituída pelos estados.

V – Os Municípios têm competência para instituir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), independentemente da existência de lei estadual sobre o tema.

**Alternativas:****(alternativa A)**

IV e V.

**(alternativa B)**

III e IV.

**(alternativa C)**

I e V.

**(alternativa D) (CORRETA)**

I e III.

**(alternativa E)**

I e II.

**Resposta comentada:**

Afirmativa I – Correta: Todos os entes federativos podem instituir taxas, desde que vinculadas ao exercício do poder de polícia ou à prestação de serviços públicos específicos e divisíveis, conforme art. 145, II da CF/88.

Afirmativa III – Correta: O Distrito Federal acumula competências tributárias de Estados e Municípios (CF, art. 32, §1º), podendo instituir tanto o ICMS quanto o ISS.

**Feedback:**

--

**15ª QUESTÃO****Enunciado:**

Uma fundação sem fins lucrativos, que presta serviços gratuitos na área de saúde à população de baixa renda, solicita o reconhecimento de imunidade tributária para fins de isenção de impostos federais. A Receita Federal nega o pedido, alegando que a fundação cobra valores simbólicos por alguns serviços e que, portanto, não presta assistência totalmente gratuita.

Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

A Constituição exige gratuidade total e irrestrita dos serviços para concessão da imunidade tributária a entidades beneficentes.

**(alternativa B)**

A cobrança de qualquer valor por serviços assistenciais impede o reconhecimento da imunidade tributária.

**(alternativa C) (CORRETA)**

A imunidade tributária é restrita a impostos e pode ser reconhecida a entidades beneficentes sem fins lucrativos que cumpram os requisitos legais.

**(alternativa D)**

Apenas instituições criadas por entes públicos têm direito à imunidade tributária prevista para a assistência social.

**(alternativa E)**

A imunidade tributária das entidades beneficentes é automática, bastando a declaração no estatuto social.

**Resposta comentada:**

A imunidade das entidades beneficentes é restrita a impostos, nos termos do art. 150, VI, "c", da CF, e depende do cumprimento de requisitos legais, como a aplicação integral de recursos nas finalidades institucionais.

**Feedback:**

--

**16ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

No caso do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, a Carta Magna define em seu artigo 153, inciso III, que a competência para sua criação pertence à União. Mais adiante, no inciso I, do parágrafo segundo deste mesmo dispositivo determina que o referido imposto será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei. A fim de que o referido tributo observe a capacidade contributiva, é preciso que o mesmo seja progressivo. A consecução de tal desiderato somente é possível através da conjugação de três elementos, ou seja, a base de cálculo, a alíquota e a parcela a deduzir.

Com base no texto, analise as afirmações abaixo e responda:

Asserção (A): O Imposto de Renda deve respeitar o princípio da capacidade contributiva, incidindo de forma proporcional à renda auferida pelo contribuinte.

Razão (R): Isso ocorre porque a Constituição Federal considera a situação econômica do sujeito passivo para garantir justiça fiscal.

A respeito das afirmativas acima, assinale a opção correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções A e R são verdadeiras, mas a R não é uma justificativa correta da A.

**(alternativa B)**

A asserção A é falsa, e a R é verdadeira.

**(alternativa C)**

A asserção A é verdadeira, e a R é falsa.

**(alternativa D) (CORRETA)**

As asserções A e R são verdadeiras, e a R é uma justificativa correta da A.

**(alternativa E)**

As asserções A e R são falsas.

**Resposta comentada:**

O Imposto de Renda deve obedecer ao princípio da capacidade contributiva, previsto no art. 145, §1º da Constituição Federal, garantindo que quem ganha mais pague mais. A razão apresenta corretamente o fundamento constitucional desse princípio e da pessoalidade do imposto.

**Feedback:**

--

**Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"As ideias iluministas podem ser consideradas as grandes influenciadoras, no âmbito do surgimento do Código Civil francês. O racionalismo conduziu as sociedades a buscarem nas codificações a estruturação de seus ordenamentos. Além disso, o contexto da Revolução Francesa gerou a necessidade de unificação das regras jurídicas, visando maior segurança e clareza relativamente às normas existentes. O Código Civil francês de 1804 (Código de Napoleão), de impacto mundial, apresenta grande importância histórica, tendo sido fundamental para o desenvolvimento do pensamento jurídico que se tem nos dias de hoje e nos últimos séculos, servindo de inspiração para os mais diversos códigos, de diferentes países. É somente a partir dele que se tem um código propriamente dito, como se concebe nos dias de hoje, com normas sistematicamente elaboradas e organizadas. Nesse sentido, é importante frisar que o projeto do Código em questão nasceu da convicção de que seria possível existir um legislador universal, o qual ditaria leis válidas para todos os tempos e para todos os lugares e da busca pela construção de um Direito simples e unitário. Na França, essa exigência era, particularmente, visível, já que a sociedade francesa não possuía um único ordenamento jurídico civil, penal e processual, mas múltiplos Direitos, territorialmente limitados (dividida em duas partes: setentrional – onde estavam vigentes os costumes locais (*droit coutumier*) e a meridional – onde vigorava o Direito comum romano (*droit écrit*)). MACHADO, Gleirice. **Os Direitos Humanos e a Necessidade de Desconstrução de seus Fundamentos: A Ética da Alteridade como Alternativa à Problemática da Universalização.** Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a41db61e2728ef96>

Agora, assinale a única alternativa correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

De acordo com o texto, a sociedade francesa sempre possuiu um direito sistematizado, organizado e único em todo o seu território, tanto ao norte, como ao sul do país.

**(alternativa B)**

O texto informa que o direito francês do início do século XIX teve uma grande influência das teorias jusnaturalistas medievais, que valorizavam o direito natural e, acima de tudo, os usos e costumes locais.

**(alternativa C)**

De acordo com o texto, a elaboração do Código Civil francês, em 1804, não foi capaz de influenciar o direito contemporâneo, visto que as teorias jurídicas subsequentes valorizavam mais os costumes locais do que o direito elaborado pelos legisladores.

**(alternativa D)**

Segundo o texto, mesmo antes da Revolução Francesa já havia na França um desejo de unificação do Direito, mas foram os revolucionários que conseguiram transformar o desejo em realidade, criando o Código Civil, em 1804.

**(alternativa E) (CORRETA)**

De acordo com o texto, o projeto do Código Civil de 1804 nasceu da convicção de que seria possível existir um legislador universal, o qual ditaria leis válidas para todos os tempos e para todos os lugares e da busca pela construção de um Direito simples e unitário.

**Resposta comentada:**

A elaboração do Código Civil de 1804 é a consolidação de um processo de sistematização do direito que pretendia tornar o direito acessível à razão humana, o que exigia um direito simples e unitário, criado por um legislador universal, em detrimento dos diversos usos e costumes locais, que tornavam o direito diverso e de difícil compreensão à razão humana.

**Feedback:**

--

**18ª QUESTÃO****Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"O código pretende apreender uma totalidade temática, disciplinando-a como sistema. O código, basicamente, facilita o acesso às normas, decorrendo de um planejamento lógico e de um agrupamento sistêmico. É construído mediante um método geométrico e dedutivo, no qual os artigos são expostos como teoremas vitais. Em uma perspectiva histórica, o código é agente da estatização do direito privado, afirmando poder político, que se revela como seu garantidor de aplicação. Realiza-se o plano político de Rousseau, para quem há uma primazia da fonte legislativa sobre a autoridade tradicional". (GODOY, Arnaldo. **A história da codificação do Direito, de Fábio Siebeneichler de Andrade**. In: Rede de Direito Civil Contemporâneo. v. 24 (2020). Disponível em <https://ojs.direitocivilcontemporaneo.com/index.php/rdcc/article/view/799>).

Agora, analise as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a única alternativa correta:

I - O Código, como concebido contemporaneamente, é documento jurídico no qual há planejamento lógico e agrupamento sistêmico, facilitando a compreensão do fenômeno jurídico.

II - O processo de codificação do direito, surgido na Idade Moderna, permite a busca da coerência do ordenamento jurídico, fulminando lacunas e resolvendo antinomias. É fórmula para a obtenção da unidade e da segurança do direito.

III - O Código Civil Francês de 1804 (Código de Napoleão) foi o primeiro grande triunfo do movimento de codificação, consolidando a ideia de sistematização do direito, em busca de uma unificação do direito francês como meio de garantir a segurança jurídica.

IV - Uma importante consequência do processo de codificação do direito está relacionada com as fontes. Após o processo codificatório, o Estado, que antes possuía papel secundário no direito, por meio de um conjunto de leis tornou-se fonte quase absoluta deste. Dessa forma, lei torna-se sinônimo de direito;

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

Todas as afirmativas estão corretas.

**(alternativa B)**

Apenas uma afirmativa está correta;

**(alternativa C)**

Apenas duas afirmativas estão corretas.

**(alternativa D)**

Nenhuma afirmativa está correta;

**(alternativa E)**

Apenas três afirmativas estão corretas.

**Resposta comentada:**

Todas as afirmativas apresentadas estão corretas, coerentes com as características do processo de codificação do direito.

**Feedback:**

--

**19ª QUESTÃO****Enunciado:**

Desapropriação é um processo legal que permite ao poder público retirar uma propriedade privada para fins de interesse público. O objetivo é atender a necessidades sociais ou a utilidade pública, como a construção de estradas, hospitais ou escolas. O município X, de modo a construir hospitais, pretende realizar a desapropriação de três imóveis urbanos. Um pertence ao Estado Y e os outros dois a pessoas físicas. Acerca da situação hipotética narrada e do regime jurídico da desapropriação, assinale a afirmativa correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

A desapropriação do imóvel pertencente ao Estado somente é possível caso o município demonstre a efetiva utilidade pública a ser conferida ao bem.

**(alternativa B)**

Por envolver medida que atende ao interesse público primário, é vedada a utilização de arbitragem para a desapropriação.

**(alternativa C)**

É possível que o município, durante o processo judicial de desapropriação, requeira a imissão provisória da posse, precisando demonstrar para tanto a urgência, a existência de projeto para a obra a ser realizada, o depósito do valor e a concordância do expropriado.

**(alternativa D)**

A desapropriação deverá se efetivar mediante acordo ou se intentar judicialmente, dentro de dez anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

**(alternativa E) (CORRETA)**

A desapropriação dos imóveis particulares poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da construção dos hospitais, bem como as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.

**Resposta comentada:**

Desapropriação é um procedimento que permite ao poder público retirar um bem de um particular, mediante indenização, para fins de interesse público. A desapropriação dos imóveis particulares poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da construção dos hospitais, bem como as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.

**Feedback:**

--

**20ª QUESTÃO****Enunciado:**

Tem-se o zoneamento ambiental, o estudo prévio de impacto ambiental, a licença ambiental e a auditoria ambiental como principais instrumentos da política nacional do meio ambiente. É importante que o operador do direito conheça tais institutos e reconheça as diferenças entre eles. A seguir, assinale a alternativa que faz a correta correspondência entre o nome e o conceito do instrumento.

**Alternativas:****(alternativa A)**

O zoneamento ambiental é o processo por meio do qual ficam previamente autorizadas a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

**(alternativa B)**

O licenciamento ambiental consiste num conjunto de áreas legalmente estabelecidas pelo poder público as quais são protegidas obtendo-se a preservação do meio e de suas condições naturais em certos espaços territoriais do país.

**(alternativa C)**

O estudo prévio de impacto ambiental consiste em processo periódico de inspeção, análise e avaliação das condições gerais ou específicas de uma determinada empresa em relação a fontes de poluição, eficiência dos sistemas de controle de poluentes, riscos ambientais, legislação ambiental, relacionamento da empresa com a comunidade e órgão de controle, ou ainda do desempenho ambiental da empresa.

**(alternativa D) (CORRETA)**

O zoneamento ambiental consiste em um instrumento de organização territorial, planejamento eficiente do uso do solo e efetiva gestão ambiental que age por intermédio da delimitação de zonas e uma correspondente atribuição de usos e atividades compatíveis de acordo com as características específicas do território, permitindo, restringindo, ou impossibilitando determinados usos e atividades.

**(alternativa E)**

A auditoria ambiental é uma exigência constitucional obrigatória para a verificação da viabilidade da concessão de licença de instalação de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

**Resposta comentada:**

O Zoneamento ambiental consiste num conjunto de áreas legalmente estabelecidas pelo poder público as quais são protegidas obtendo-se a preservação do meio e de suas condições naturais em certos espaços territoriais do país. O Licenciamento ambiental é o processo por meio do qual ficam previamente autorizadas a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. O estudo prévio de impacto ambiental é uma exigência constitucional obrigatória para a verificação da viabilidade da concessão de licença de instalação de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. A auditoria ambiental consiste em processo periódico de inspeção, análise e avaliação das condições gerais ou específicas de uma determinada empresa em relação a fontes de poluição, eficiência dos sistemas de controle de poluentes, riscos ambientais, legislação ambiental, relacionamento da empresa com a comunidade e órgão de controle, ou ainda do desempenho ambiental da empresa. O zoneamento ambiental consiste em um instrumento de organização territorial, planejamento eficiente do uso do solo e efetiva gestão ambiental que age por intermédio da delimitação de zonas e uma correspondente atribuição de usos e atividades compatíveis de acordo com as características específicas do território, permitindo, restringindo, ou impossibilitando determinados usos e atividades.

**Feedback:**

--

**21ª QUESTÃO****Enunciado:**

Com o crescimento do comércio eletrônico e uso cada vez maior de inteligência artificial, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) passou a desempenhar papel ainda mais relevante na proteção dos consumidores nas relações virtuais de consumo. Mesmo tendo sido criado antes da popularização do comércio eletrônico, o CDC é plenamente aplicável às compras online, garantindo direitos como a informação clara sobre produtos e serviços, a proteção contra práticas abusivas e o direito à reparação por danos. Analise as afirmativas abaixo e responda.

I - O fornecedor que atua no comércio eletrônico pode ser responsabilizado por defeitos na prestação do serviço ou na entrega do produto, ainda que a transação tenha sido realizada exclusivamente por meio digital.

**PORQUE**

II o Código de Defesa do Consumidor e o Decreto do Comércio Eletrônico (Decreto nº 7.962/2013) garantem aos consumidores os mesmos direitos aplicáveis às compras físicas, inclusive quanto à responsabilidade por vícios e defeitos.

Sobre as afirmativas é correto afirmar que:

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II **não** justifica corretamente a I.

**(alternativa B)**

A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

**(alternativa C)**

A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

**(alternativa D)**

As asserções I e II são falsas.

**(alternativa E) (CORRETA)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

**Resposta comentada:**

A asserção I está correta. No comércio eletrônico, o fornecedor tem responsabilidade objetiva pelos danos causados por defeitos no produto ou na prestação do serviço, mesmo que toda a transação tenha ocorrido de forma digital. A responsabilização segue os moldes do Código de Defesa do Consumidor (CDC), aplicando-se inclusive às vendas pela internet. E a II também está correta e justifica a I. O Decreto nº 7.962/2013, que regulamenta o comércio eletrônico no Brasil, reforça a aplicação do CDC às relações de consumo realizadas online. Ele estabelece obrigações claras aos fornecedores, como fornecer informações adequadas, respeitar o direito de arrependimento, garantir a segurança da transação e responder por defeitos nos produtos ou serviços.

**Feedback:**

--

**22ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Buscando instrumentos para preservar a Constituição e evitar crises institucionais que ponham em cheque a ordem jurídica vigente, criou-se o instrumento do controle de constitucionalidade. Este pode ser classificado como difuso ou concentrado, cada um com suas características e origem próprias. Enquanto o difuso tem origem no direito nos Estados Unidos da América, o controle concentrado surgiu na Áustria, em 1920, sendo idealizado por Hans Kelsen. A respeito das diferenças entre as duas espécies, assinale a alternativa correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

No controle difuso, apenas o Supremo Tribunal Federal poderá realizar o controle de constitucionalidade.

**(alternativa B) (CORRETA)**

No controle difuso, qualquer tribunal, em instância inferior ou superior, poderá realizar o controle de constitucionalidade.

**(alternativa C)**

No controle concentrado, as discussões sobre a constitucionalidade da norma chegarão ao Poder Judiciário somente mediante a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

**(alternativa D)**

No controle difuso, a decisão do tribunal ou juízo terá efeitos *erga omnes* e vinculantes.

**(alternativa E)**

No controle concentrado, havendo a declaração da inconstitucionalidade por um tribunal, respeitada a cláusula de reserva do plenário, a norma sairá do ordenamento jurídico.

**Resposta comentada:**

No controle difuso, todos os juízes e tribunais podem realizar, não apenas o STF. No controle concentrado, a decisão terá efeitos *erga omnes* e vinculantes. No controle concentrado, a constitucionalidade também pode ser discutida por meio da ADC, ADPF. A cláusula de reserva de plenário refere-se ao controle difuso de constitucionalidade.

**Feedback:**

--

**23ª QUESTÃO****Enunciado:**

Em uma determinada localidade, é identificada uma multiplicidade de demandas tramitando nas varas de primeira instância da justiça estadual versando sobre indenização decorrente de acidente de trânsito. Em uma dessas ações, uma das partes do processo faz um requerimento ao presidente do Tribunal da Justiça respectivo requerendo a instauração, a partir do seu caso, de um incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), diante do risco de ofensa à isonomia e da repetição de processos versando sobre o mesmo tema. Sobre o referido incidente, assinale a alternativa correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

o referido incidente deve ser admitido, mesmo que, ao final, a tese fixada pelo Tribunal não seja aplicada a todos os casos, posto que não terá eficácia vinculante.

**(alternativa B)**

o referido incidente deve ser admitido, posto que todos os processos versam sobre o mesmo tema, de modo que a tese a ser fixada no Tribunal garantirá aplicação uniforme para todos os casos

**(alternativa C) (CORRETA)**

o referido incidente não deve ser admitido, tendo em vista que no caso em tela há discussão fática, o que demandará produção de provas em cada caso, impossibilitando que a mesma decisão seja aplicada para todos os casos.

**(alternativa D)**

o referido incidente deve ser admitido, tendo em vista que todos os processos versam sobre a mesma questão unicamente de direito.

**(alternativa E)**

o referido incidente não deve ser admitido pois, no caso em tela, a parte deveria ter requerido a instauração de um incidente de assunção de competência (IAC).

**Resposta comentada:**

o IRDR não deve ser admitido, pois os processos demandam discussão fático-probatória. Embora o tema em si seja o mesmo (indenização por acidente de trânsito), cada acidente de trânsito teve suas circunstâncias peculiares. A fixação da responsabilidade e a extensão dos danos causados variará conforme o caso. A discussão não é unicamente de direito, como exige a lei.

**Feedback:**

--

**24ª QUESTÃO****Enunciado:**

Recentemente assumiu a presidência da Câmara dos Deputados um parlamentar que afirma que o Brasil é um país soberano e não deve ter nenhum compromisso com os Direitos Humanos na ordem internacional. Afirma que, apesar de terem sido internamente ratificados pelo Congresso Nacional, o conteúdo dos tratados internacionais de direitos humanos não precisam ser aplicados. Por ser atuante na área do Direito Global, você foi convidado(a) pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para prestar mais informações sobre o assunto. Com base nos seus conhecimentos, assinale a opção que apresenta o esclarecimento a ser dado sobre o tema.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Apesar de ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados internacionais de direitos humanos não geram obrigatoriedade de cumprimento internamente, uma vez que o Estado brasileiro é soberano poderá criar uma cláusula de reserva, ao assinar o tratado internacional, eximindo-o de responsabilidade perante a comunidade internacional.

**(alternativa B)**

Mesmo ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados internacionais de direitos humanos não podem ser caracterizados como normas vigentes se não forem positivados na Constituição Federal, pois apenas os direitos expressamente previstos na Constituição são direitos que geram a obrigatoriedade de proteção por parte do Estado.

**(alternativa C)**

Uma vez assinados pelo Presidente da República, os tratados internacionais de direitos humanos geram a obrigatoriedade de cumprimento e proteção por parte do Estado, pois são frutos de um compromisso internacional firmado pelo país perante a comunidade internacional, não sendo necessária a ratificação pelo Congresso Nacional para começar a ter aplicabilidade no Brasil.

**(alternativa D) (CORRETA)**

Uma vez ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados internacionais de direitos humanos geram a obrigatoriedade de cumprimento e proteção por parte do Estado, pois são frutos de um compromisso internacional firmado pelo país perante a comunidade internacional, não sendo cabível a utilização da soberania como justificativa para o não cumprimento de direitos humanos contidos nos tratados internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro.

**(alternativa E)**

Apesar de ratificados pelo Congresso Nacional, os tratados internacionais de direitos humanos não geram obrigatoriedade de cumprimento internamente, uma vez que o Estado brasileiro é soberano e pode escolher, de acordo com a orientação política do governo que estiver no poder, que direitos contidos nos tratados deverá proteger e aplicar.

**Resposta comentada:**

Soberania é o poder de um Estado para governar seu território e impor suas determinações, sem interferência externa. Nenhum Estado pode ser obrigado a assinar/ratificar um tratado internacional (seja de direitos humanos ou não) em razão de sua soberania, mas uma vez assinado e ratificado, vinculam o Estado pois gera um compromisso internacional passível de sanção por outros países em caso de descumprimento, nos termos do tratado.

**Feedback:**

--

**25ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

“A palavra recurso, segundo a Etimologia, deriva do latim *recursus* que significa corrida de volta, caminho para voltar, voltar correndo. Do ponto de vista jurídico-processual, significa um remédio, com assento constitucional, visando ao reexame de uma decisão por um órgão superior ou pelo próprio órgão que proferiu a decisão impugnada seja ele administrativo seja jurisdicional”.

(RANGEL, Paulo. Interesse e legitimidade para recorrer no Processo Penal. **Revista de Direito do Ministério Público**, Rio de Janeiro, 1996, p. 182)

Sobre o tema recursos em matéria processual penal analise assinale as assertivas abaixo:

I. São exemplos de recursos processuais penais a apelação, o recurso em sentido estrito e o habeas corpus.

II. O procedimento de Júri é um procedimento bifásico: a primeira fase, chamada de instrução preliminar ou sumário de culpa, conta apenas com a intervenção do juiz togado que deverá decidir sobre pronunciar ou não o réu. Em relação a decisão de pronúncia é cabível o Recurso em Sentido Estrito.

III. De acordo com o Art.609, parágrafo único do CPP, que preceitua que “Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência” podemos inferir que os embargos infringentes e de nulidade são um recurso exclusivo da defesa.

É correto o que se afirma em:

**Alternativas:****(alternativa A)**

I, II e III.

**(alternativa B) (CORRETA)**

II e III apenas.

**(alternativa C)**

I e II apenas

**(alternativa D)**

I apenas.

**(alternativa E)**

I e III apenas.

**Resposta comentada:**

O inciso I está incorreto pois habeas corpus não é um recurso, mas uma ação autônoma de impugnação.

O inciso II está correto, pois conforme o art.581, IV do CPP, da decisão que pronunciar o réu cabe recurso em sentido estrito.

O inciso III está correto, pois conforme o próprio texto citado este recurso é cabível apenas contra decisão “desfavorável ao réu”, sendo, portanto, um recurso exclusivo da defesa.

**Feedback:**

--

**26ª QUESTÃO****Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"De todas as constituições da história nacional, a Constituição Política do Império do Brasil foi a que vigorou por mais tempo – 65 anos, e nesse período sofreu apenas uma emenda. Somente a constituição dos Estados Unidos era mais antiga que a brasileira. Ela foi elaborada por um Conselho de Estado e outorgada em 1824 por D. Pedro I. O texto consolida, em seu artigo 1º, a independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822, formando uma “nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua independência”. No artigo 10, a repartição de poderes se faz em quatro – o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição 30 anos: As Constituições Brasileiras de 1824 a 1988**. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696>).

Agora, analise as duas afirmativas abaixo e, ao final, assinale a única alternativa correta:

I - Traço marcante da Constituição de 1824, o Poder Moderador, previsto no artigo 98 do texto, coloca o imperador como chefe supremo da nação, acima de todos os outros, e lhe confere um caráter inviolável, sagrado e isento de qualquer responsabilidade. Pelo dispositivo, o imperador tem poderes ilimitados para nomear senadores, convocar ou prorrogar assembleia geral, dissolver a Câmara dos Deputados e suspender magistrados.

Porque

II - A Constituição de 1824 pode ser considerada uma das constituições mais democráticas do Brasil, não apenas pela alta participação popular na sua elaboração, mas também pelo fato de que sua elaboração se deu por intermédio de uma Assembleia Nacional Constituinte, formada em 1823.

**Alternativas:****(alternativa A)**

As duas afirmativas estão corretas, sendo que não há relação de justificativa entre elas;

**(alternativa B)**

As duas afirmativas estão incorretas;

**(alternativa C) (CORRETA)**

Apenas a primeira afirmativa está correta;

**(alternativa D)**

Apenas a segunda afirmativa está correta;

**(alternativa E)**

As duas afirmativas estão corretas, sendo que a segunda é uma justificativa válida da primeira;

**Resposta comentada:**

A segunda afirmativa está incorreta porque ela não foi democrática, pelo contrário, foi outorgada por D. Pedro I após a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte.

**Feedback:**

--

**27ª QUESTÃO****Enunciado:**

Roberto, morador da cidade São Paulo, resolveu fazer um cruzeiro marítimo, durante o passeio, após uma grande tempestade, o navio afundou e prestes a se afogar, e antes de desmaiar, percebeu que alguém o enlaçara pela cintura, o que evitou o afogamento. Roberto, ao recobrar os sentidos, encontrou ao seu lado, desfalecido, um dos marinheiros do navio; Denilson. Assim, entendeu que Denilson tinha sido o responsável pelo salvamento. Dias depois do salvamento, Roberto procurou Denilson para agradecer por ter salvado sua vida e como forma de gratidão realizou a doação de um imóvel localizado em Recife/PE. Denilson, morador da cidade de Olinda, ficou em silêncio intencionalmente, omitiu a informação que o salvamento não tinha sido realizado por ele, mas sim por outro marinheiro chamado Paulo Jose. Três meses depois da doação, Roberto descobriu por intermédio de uma reportagem que o verdadeiro salvador foi o outro marinheiro. O advogado de Roberto ajuizou uma ação de anulação do negócio jurídico na 1ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE. Diante dos fatos narrados, avalie as afirmações a seguir.

I Por se tratar de direito real sobre imóvel a ação foi proposta corretamente no foro da situação da coisa.

II A ação foi proposta perante foro absolutamente incompetente, tendo em vista se tratar de ação imobiliária

III A ação foi proposta perante foro relativamente incompetente, pois o foro competente é o do domicílio do réu.

IV Caso o réu não alegue a incompetência relativa na sua contestação ocorrerá o fenômeno da prorrogação de competência

Estão corretas SOMENTE:

**Alternativas:**  
**(alternativa A) (CORRETA)**  
III e IV

**(alternativa B)**  
I e II

**(alternativa C)**  
II e IV

**(alternativa D)**  
I e III

**(alternativa E)**  
I e IV

**Resposta comentada:**

O item I está errado, tendo em vista que ação anulatória não é ação real, mas sim ação pessoal. Desta forma, o foro competente é o do domicílio do réu.

O item II está errado, uma vez que, no caso de ação pessoal, a violação de critério territorial acarreta a incompetência relativa.

Os itens III e IV estão corretos, tendo em vista que por se tratar de ação pessoal o foro competente é o do domicílio do réu e o desrespeito gera a incompetência relativa, que se não for arguida pelo réu na contestação acarreta a prorrogação de competência.

**Feedback:**

--

**28ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"A Teoria Tridimensional do Direito, no Brasil mais conhecida pelo seu formulador original, mas não exclusivo, o professor Miguel Reale, foi concebida como uma proposta de construção do pensamento jurídico e uma das principais inovações no estudo e compreensão deste fenômeno. Conforme proposta pelo professor Reale, a teoria correlaciona três fatores interdependentes que fazem do Direito uma estrutura social axiológico-normativa. Esses três elementos são: fato, valor e norma. Importa, desde logo, afirmar que esses três elementos devem estar sempre referidos ao plano cultural da sociedade onde se apresentam. Na óptica tridimensional fato, valor e norma são dimensões essenciais do Direito, o qual é, desse modo, insuscetível de ser partido em fatias, sob pena de comprometer-se a natureza especificamente jurídica da pesquisa. É buscada, na Teoria Tridimensional do Direito elaborada pelo professor Reale, a unidade do fenômeno jurídico, no plano histórico-cultural, sem o emprego de teorias unilaterais ou reducionistas, que separam os elementos do fenômeno jurídico (fato, valor e norma). Veja-se, portanto, no decorrer desta exposição, o desenvolvimento, os tipos e a profundidade da proposta do professor Miguel Reale, que apesar de ser uma proposta para se observar, indagar e pensar o fenômeno do Direito, impressiona pela sempre atualidade e capacidade de possibilitar uma interpretação correta da realidade jurídica". (GONZAGA, Alvaro de Azevedo, ROQUE, Nathaly Campitelli. Tridimensional do Direito, Teoria. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/64/edicao-1/tridimensional-do-direito,-teoria>).

Agora, analise as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a única alternativa correta:

- I - A Teoria Tridimensional do Direito trouxe uma visão nova da realidade jurídica: compreende o direito como sendo "fato", "valor" e "norma".
- II- O direito só se constitui quando determinadas valorações dos fatos sociais culminam numa integração de natureza normativa, ou seja, as normas representam a integração de fatos sociais segundo múltiplos valores.
- III - Apesar de implícito na obra de vários autores, é com o professor Miguel Reale que o tridimensionalismo encontra seu aperfeiçoamento e formulação ideal que o credencia como rigorosa teoria.
- IV- As três dimensões FATO, VALOR e NORMA, correspondem, respectivamente, a estas disciplinas: FILOSOFIA ou AXIOLOGIA JURÍDICA, SOCIOLOGISMO JURÍDICO e NORMATIVISMO JURÍDICO.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Apenas duas afirmativas são verdadeiras;

**(alternativa B)**

Todas as afirmativas são verdadeiras;

**(alternativa C)**

Nenhuma afirmativa é verdadeira;

**(alternativa D)**

Apenas uma afirmativa é verdadeira;

**(alternativa E) (CORRETA)**

Apenas três afirmativas são verdadeiras;

**Resposta comentada:**

Há apenas uma afirmativa falsa: a no item IV, pois as disciplinas apresentadas não correspondem exatamente aos elementos da teoria de Miguel Reale, na ordem em que estão apresentadas.

**Feedback:**

--

**29ª QUESTÃO****Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"Psicologia Jurídica é o campo da psicologia que agrega os profissionais que se dedicam à interação entre a psicologia e o direito. A principal função dos psicólogos no âmbito da justiça é auxiliar em questões relativas à saúde mental dos envolvidos em um processo. A Psicologia Jurídica é um dos campos de conhecimento e de investigação dentro da psicologia, com importantes colaborações nas áreas da cidadania, violência e direitos humanos. O termo Psicologia Forense também é utilizado para designar a psicologia jurídica, embora menos utilizado no Brasil. Um dos campos de atuação dentro da psicologia jurídica é a Psicologia Criminal, que se dedica mais propriamente ao Direito Penal. Este tipo de psicólogo é chamado a atuar em processos criminais de diversas formas, como na avaliação de suspeitos, compreensão das motivações do crime e detecção de comportamentos perigosos". NOVO, Benigno Núñez. A importância da Psicologia Jurídica. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/psicologia/a-importancia-psicologia-juridica.htm>.

Agora, analise as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a única alternativa correta:

I - A avaliação psicológica permite que o acusado tenha uma avaliação justa de sua capacidade mental no momento do crime

Porque

II - Isso evita a discriminação e a estigmatização daqueles que possuem transtornos mentais.

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

As duas afirmativas são verdadeiras, sendo que a segunda é uma justificativa válida para a primeira.

**(alternativa B)**

Apenas a afirmativa II é verdadeira;

**(alternativa C)**

Nenhuma das duas afirmativas é verdadeira;

**(alternativa D)**

Apenas a afirmativa I é verdadeira;

**(alternativa E)**

As duas afirmativas são verdadeiras, mas não há relação de justificativa entre elas;

**Resposta comentada:**

Um dos pilares da psicologia jurídica é a avaliação psicológica feita com os condenados pela prática de crimes, de modo a definir qual o grau de consciência desse acusado quanto à prática do crime. Isso ajuda a proteger aqueles que possuem algum tipo de transtorno mental.

**Feedback:**

--

**30ª QUESTÃO****Enunciado:**

Etevaldo, viúvo, falece deixando três filhas Maria, Helena e Beatriz, sendo a última pré-morta. Sabendo que Beatriz tinha três filhos e a herança de Etevaldo foi avaliada em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Como deverá ser realizada a partilha dos bens deixados por Etevaldo ?

I - Maria e Helena herdarão individualmente R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

II - Maria, Helena e os três filhos de Beatriz herdarão em cotas iguais, ou seja, cada um herdará R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

III - Maria e Helena herdarão individualmente R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e os filhos de Beatriz individualmente R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

IV - Maria e Helena herdarão individualmente R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) e o restante para os filhos de Beatriz em partes iguais.

V - Os filhos de Beatriz, pré-morta, herdarão cada um R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Assinale a alternativa correta

**Alternativas:**  
**(alternativa A) (CORRETA)**  
Apenas III.

**(alternativa B)**  
Apenas I.

**(alternativa C)**  
Apenas II.

**(alternativa D)**  
Apenas V.

**(alternativa E)**  
Apenas IV.

**Resposta comentada:**

Conforme o art. 1.851 do Código Civil, os descendentes de herdeiro pré-morto (Beatriz) herdam por estirpe, ou seja, por representação, dividindo entre si a cota que caberia ao representado (Beatriz). Como Beatriz faleceu antes, sua cota é transmitida aos seus filhos por representação. I - Maria e Helena herdarão individualmente R\$ 450.000,00 Incorreta. Estão desconsiderando a representação dos filhos de Beatriz. Maria e Helena herdam R\$ 300.000,00 cada. II - Todos herdarão em cotas iguais (R\$ 180.000,00) Incorreta. Herança não é dividida em partes iguais entre todos os herdeiros (inclusive netos). Os netos apenas representam Beatriz e dividem sua parte. III - Maria e Helena herdarão R\$ 300.000,00 e os filhos de Beatriz R\$ 100.000,00 cada Correta. Aplicação correta da regra de representação. IV - Maria e Helena herdarão R\$ 225.000,00 cada e o restante para os filhos de Beatriz Incorreta. Essa distribuição não respeita o quinhão original de Beatriz (1/3 da herança). V - Filhos de Beatriz herdarão R\$ 300.000,00 cada Incorreta.

**Feedback:**  
--

**31ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"Há uma norma eficaz quando há obediência e observância espontânea ou não pela sociedade. Observa-se, portanto que há um vínculo muito forte entre os dois planos destacados. Para se ter eficácia a norma deve ser observada e respeitada/seguida pela sociedade, caso contrário, não há justificativa para sua vigência. A norma não deve ter somente validade fática, deve-se, observar também as condições ético-sociais no que tange a sua existência e aplicação. Ou seja, a norma anseia por justiça atendendo aos valores de uma sociedade dentro de um contexto histórico." (PINTO, Davi Souza de Paula. **Validade da Norma no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. In: Revista Uniesp. Disponível em [https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170725105011.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170725105011.pdf))

Agora, analise as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a única alternativa correta.

I - uma norma válida não pode ter sua vigência postergada.

II - todas as normas vigentes têm eficácia e efetividade.

III - a norma jurídica que tem vigência, eficácia e efetividade não tem vigor.

IV - vigência refere-se a validade formal ou técnico-jurídica, que pressupõe que a lei tenha sido emanada por um órgão competente.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Apenas três afirmativas estão corretas;

**(alternativa B) (CORRETA)**

Apenas uma afirmativa está correta;

**(alternativa C)**

Todas as afirmativas estão corretas;

**(alternativa D)**

Nenhuma afirmativa está correta;

**(alternativa E)**

Apenas duas afirmativas estão corretas;

**Resposta comentada:**

A afirmativa I está incorreta pq uma norma válida pode ter sua vigência postergada. A afirmativa II está incorreta pq nem sempre uma norma vigente tem eficácia e efetividade. E a afirmativa III está incorreta pq a norma jurídica que tem vigência, eficácia e efetividade possui tb vigor.

**Feedback:**

--

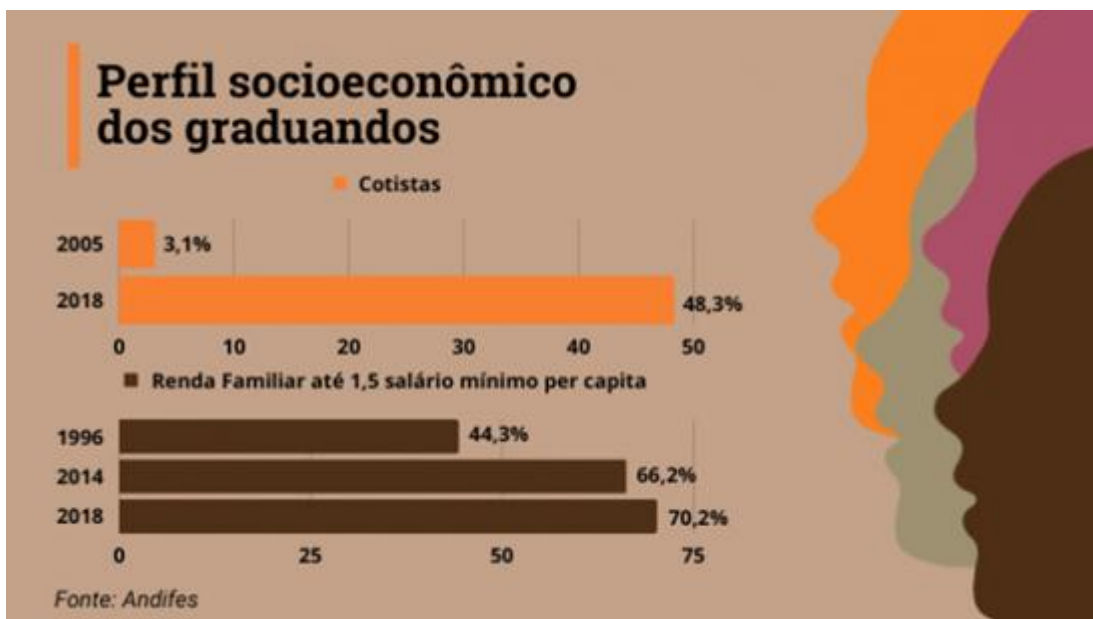
### Enunciado:

Em 2022, a Lei n. 12711/12, conhecida como a Lei de Cotas, completou 10 anos de vigência. Segundo dados do IBGE (obtidos na pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça, 2020), no início dos anos 2000, chegava a menos de 5% o percentual de negros (pretos e pardos) no Ensino superior. Em 2010, antes da Lei de Cotas mas depois da implementação de políticas de cotas em algumas universidades públicas, a somatória de alunos negros era de 10,70%. Em 2015, cinco anos do Censo e três anos após a implementação da Lei de Cotas, os números aumentaram para 27,07% de alunos negros nas IES (Instituições de Ensino Superior). Mais recentemente, o ano de 2019 apresentou totalizou 38,15% de estudantes negros.

Uma outra pesquisa sobre a temática, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), também demonstra resultados. Foram coletados dados de 63 universidades federais, com a participação voluntária de mais de 420 mil estudantes. No documento verificou-se que o percentual de cotistas saiu de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018.

Outro dado apontado pela pesquisa que se destaca é o índice de alunos inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo. Em 1996, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa da Andifes, eles compunham 44,3% do corpo discente, número próximo aos encontrados nos levantamentos de 2003 e 2010.

A partir de 2014, estudantes nessa faixa de renda passam a ser 66,2% do total de alunos dos cursos de graduação das instituições federais, chegando a 70,2%, em 2018. O gráfico abaixo mostra os resultados da referida pesquisa:



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)

A respeito da temática, afirma-se que:

**Alternativas:****(alternativa A)**

Os dados revelam a efetividade da Lei de Cotas, diante do aumento significativo de pessoas negras e de baixa renda no ensino superior no Brasil, porém se trata de uma política pública inconstitucional, uma vez que é vedado o tratamento diferenciado entre brasileiros em razão da raça.

**(alternativa B)**

Os dados revelam a inefetividade da Lei de Cotas, pois apesar do aumento de pessoas negras no ensino superior, os resultados demonstram uma diminuição da qualidade do ensino superior no Brasil, desde a implementação da política de cotas a partir de 2012.

**(alternativa C)**

A Lei de Cotas vem complementar políticas públicas que buscam a redução do racismo estrutural no Brasil. A implementação de políticas públicas para inclusão de pessoas negras remonta ao fim da escravidão, no fim do século XIX, e estas tinham como objetivo de garantir a inclusão de ex-escravizados no mercado de trabalho e o acesso à educação pública.

**(alternativa D) (CORRETA)**

Os dados revelam a efetividade da Lei de Cotas, diante do aumento significativo de pessoas negras e de baixa renda no ensino superior no Brasil, tratando-se de uma política pública constitucional, segundo entendimento do STF na ADPF 186, que busca diminuir desigualdades resultantes de processos históricos excludentes.

**(alternativa E)**

A Lei de Cotas determina que as instituições de ensino superior deverão reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes negros, independente de terem cursado ou não o ensino médio em escolas públicas e da renda per capita familiar.

**Resposta comentada:**

A Lei de Cotas é a Lei nº 12.711/2012, que estabelece que metade das vagas em universidades e institutos federais devem ser reservadas para estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas. Os dados revelam a efetividade da Lei de Cotas, diante do aumento significativo de pessoas negras e de baixa renda no ensino superior no Brasil, tratando-se de uma política pública constitucional, que busca diminuir desigualdades resultantes de processos históricos excludentes. Entendimento do STF na ADPF 186.

**Feedback:**

--

**33ª QUESTÃO****Enunciado:**

Alba levou um socorro no rosto de seu próprio pai, lhe causando incapacidade para as ocupações habituais por 15 dias, que justificou a agressão por entender que a vítima não obedecia aos ensinamentos dados sobre se comportar como mulher. Tendo em vista fato narrado, marque a alternativa que se aplica ao ato praticado pelo pai da vítima.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Tentativa de feminicídio.

**(alternativa B)**

Tentativa de Lesão corporal seguida de morte majorada pela violência doméstica.

**(alternativa C) (CORRETA)**

Lesão corporal leve qualificada por ser por razões da condição do sexo feminino

**(alternativa D)**

Lesão corporal grave majorada pela violência doméstica.

**(alternativa E)**

Lesão corporal gravíssima majorada pela violência doméstica.

**Resposta comentada:**

A lesão cometida pelo pai é leve, tendo em vista a não ocorrência dos resultados exigidos para configuração da lesão grave ou gravíssima.

O que configura a lesão grave é a incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias

Também não ocorreu tentativa de lesão corporal seguida de morte, que é um crime preterdoloso e por isso não comporta tentativa.

Também não ocorreu tentativa de feminicídio, considerando a ausência do dolo de matar, tendo em vista que desferir um soco no rosto não demonstra tal intenção.

**Feedback:**

--

**34ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Veja o texto abaixo:

"O termo "fonte do direito" é empregado metaforicamente, pois em sentido próprio fonte é a nascente de onde brota corrente de água. Justamente por ser uma expressão figurativa tem mais de um sentido. Fonte jurídica seria a origem primária do direito, confundindo-se com o problema da gênese do direito. Trata-se da fonte real ou material do direito, ou seja, dos fatores reais que condicionaram o aparecimento da norma jurídica. Emprega-se também o termo "fonte do direito" como equivalente ao fundamento de validade da ordem jurídica. A teoria kelseniana, por postular a pureza metódica da ciência jurídica, libera-a da análise de aspectos fáticos, teleológicos, morais ou políticos que, porventura, estejam ligados ao direito. Com isso essa doutrina designa como "fonte" o fundamento de validade jurídico-positiva da norma jurídica, confundindo a problemática das fontes jurídicas com a noção de validez das normas de direito. O fundamento de validade de uma norma, como assevera Kelsen, apenas pode ser a validez de uma outra, figurativamente denominada norma superior, por confronto com uma norma que é, em relação a ela, inferior. Logo, é fonte jurídica a norma superior que regula a produção da norma inferior. A fonte jurídica só pode ser o direito, pelo fato de que ele regula a sua própria criação, já que a norma inferior só será válida quando for criada por órgão competente e segundo certo procedimento previsto em norma superior. Para essa concepção, entende-se, também por fonte jurídica a norma hipotética fundamental que confere o fundamento último de validade da ordem jurídica, por ser impossível encontrar na ordenação jurídica o fundamento positivo para a Constituição. Essa norma básica foi, por Kelsen, designada constituição no sentido lógico-jurídico, diferenciando-a assim da Constituição em sentido lógico-positivo. Essa norma fundamental diz apenas que se deve obedecer ao poder que estabelece a ordem jurídica, mantendo a ideia de que uma norma somente pode originar-se de outra, da qual retira sua validez". (DINIZ, Maria Helena. Fontes do direito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/157/edicao-1/fontes-do-direito>).

A respeito das fontes do Direito, assinale a única alternativa correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

Os costumes, fonte material de maior significado no Estado Democrático de Direito, formalizam a organização e funcionamento do Estado, estabelecem direitos e garantias fundamentais e determinam a divisão dos poderes.

**(alternativa B)**

As fontes históricas são as formas através das quais o direito se exterioriza.

**(alternativa C)**

As fontes formais do Direito são os motivos éticos, morais, históricos, sociológicos, econômicos, religiosos e políticos dos quais se originam as normas jurídicas.

**(alternativa D)**

A Doutrina é constituída por decisões dos tribunais, de modo uniforme, envolvendo casos semelhantes.

**(alternativa E) (CORRETA)**

Atualmente, embora os costumes constituam papel relevante na formação do Direito, vêm perdendo espaço para o Direito Positivo.

**Resposta comentada:**

Em nome da segurança jurídica, os costumes jurídicos, que outrora eram fontes muito importantes do fenômeno jurídico, na modernidade perderam um pouco de sua importância na medida em que são constantemente transformados em lei escrita.

**Feedback:**

--

**35ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) julgou processo administrativo sancionador instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) para apurar a responsabilidade de Diretor de relações com investidores de Companhia Aberta, por supostas falhas na divulgação de informações contidas em proposta da administração referente à Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia, da ata de AGE e do aviso aos acionistas, por infração a dispositivos de Instrução Normativa da CVM. Após analisar o caso e acompanhando o voto do Relator, o Colegiado da CVM decidiu, por unanimidade, pela condenação do Diretor à multa de R\$ 70.000,00 pela acusação formulada. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/2021/cvm-multa-em-r-70-mil-diretor-de-relacoes-com-investidores-da-telebras> (adaptado).

A partir do exposto, avalie as afirmações a seguir:

I. A reforma do estatuto é objeto de assembleia geral ordinária que será instalada em primeira convocação se presentes acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações com direito a voto, podendo ser instalada, em segunda convocação, com acionistas que representem, no mínimo, a metade do total de ações com direito a voto.

II. O anúncio de convocação da Assembleia Geral deve conter: (i) local, data e hora da assembleia; (ii) a ordem do dia e; (iii) se tratar-se de reforma do estatuto, deverá indicar ainda a matéria que será objeto de reforma.

III. A tomada de conta dos administradores e a aprovação do balanço e demonstrações contábeis é objeto de assembleia geral extraordinária que deverá ser realizada a qualquer tempo após o término do exercício social.

IV. Nas companhias abertas a realização das operações societárias de fusão, cisão e incorporação deve ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e para sua aprovação é necessário o quórum de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto.

É correto apenas o que se afirma em:

**Alternativas:****(alternativa A)**

II, III e IV.

**(alternativa B) (CORRETA)**

II e IV.

**(alternativa C)**

I, II e IV.

**(alternativa D)**

I e III.

**(alternativa E)**

I e II.

**Resposta comentada:**

O item I está incorreto, pois em desacordo com o art. 135 da lei n.º 6.404/76. O item II está correto, conforme o disposto no art. 124 da lei n.º 6.404/76. O item III está incorreto, pois a tomada de contas e a aprovação de balanço e demonstrações financeiras é objeto de assembleia geral ordinária realizada anualmente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme prevê o art. 132 da lei n.º 6.404/76. O item IV está correto, conforme o previsto no art. 136, incisos IV e IX da lei n.º 6.404/76.

**Feedback:**

--

**36ª QUESTÃO****Enunciado:**

De acordo com o exposto em decisão proferida em 2011 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH): “Quando um Estado é parte de um tratado internacional, como a Convenção Americana, todos os seus órgãos, inclusive seus juízes, também estão submetidos a tal tratado, o que os obriga a zelar para que os efeitos das disposições da Convenção não se vejam enfraquecidos pela aplicação de normas contrárias”. Com base nesta orientação, a Corte IDH manifestou-se sobre a Lei de Anistia brasileira (Lei 6.683/75), declarando-a inconvencional. A respeito do tema, analise as assertivas abaixo e a relação entre elas.

I. Como a Corte IDH declarou, no caso Gomes Lund versus Brasil, que a Lei de Anistia brasileira é inconvencional, a referida norma foi retirada do ordenamento jurídico brasileiro.

**PORQUE**

II. O Supremo Tribunal Federal está vinculado às decisões da Corte IDH por força dos tratados internacionais sobre direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, portanto a decisão da Corte IDH suspenda a decisão anterior da Suprema Corte brasileira, que havia declarado a Lei de Anistia constitucional e compatível com o ordenamento jurídico brasileiro.

Assinale a alternativa correta

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**(alternativa B) (CORRETA)**

As asserções I e II são proposições falsas.

**(alternativa C)**

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

**(alternativa D)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**(alternativa E)**

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**Resposta comentada:**

Apesar de a Lei de Anistia ter sido declarada inconveniente pela Corte IDH, a norma permanece no ordenamento jurídico brasileiro pois o STF declarou esta norma compatível com o ordenamento jurídico brasileiro no julgamento da ADPF 153. As decisões da Corte não são diretamente vinculantes, por isso não implica na suspensão de decisão proferida pelos órgãos judiciais internos.

**Feedback:**

--

**37ª QUESTÃO****Enunciado:**

A Constituição de 1988 contempla que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e a propriedade. Com fundamento nessas disposições normativas, marque a alternativa correta:

**Alternativas:****(alternativa A)**

A função social da propriedade é apenas um princípio criado em sede jurisprudencial, não estando assegurado expressamente na Constituição de 1988.

**(alternativa B) (CORRETA)**

A Constituição de 1988 adota a livre iniciativa pela iniciativa privada, mas a adequa a demais disposições normativas, a exemplo da defesa do consumidor, da defesa do meio ambiente e da redução das desigualdades sociais.

**(alternativa C)**

A Constituição de 1988 adota o modelo extremadamente intervencionista ao obrigar a redução das desigualdades sociais.

**(alternativa D)**

A Constituição de 1988 adota a estatização do capital ao prever o exercício de atividade econômica pelo Estado.

**(alternativa E)**

A Constituição de 1988 adota o modelo de socialização do capital por condicionar a propriedade à função social.

**Resposta comentada:**

Na forma do artigo 170, *caput*, da CRFB/88, “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...]”. Nota-se, portanto, que o Estado adotou a livre iniciativa, registrando, no artigo 173, que apenas excepcionalmente será exercido pelo Poder Público. Cabe, portanto, à iniciativa privada exercer atividades econômicas. Por fim, no artigo 170, inciso III, a Constituição de 1988 adota expressamente o princípio da função social da propriedade. Dessa forma, o gabarito é letra D.

**Feedback:**

--

**38ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Leia o texto abaixo e responda.

*"É inevitável que, nesta realidade que eu acabo de descrever, o Direito do Trabalho passe em todos os países de economia aberta por transformações extensa e muito profundas. Não se trata propriamente - e eu queria deixar claro - de escolhas ideológicas ou de preferências filosóficas. Trata-se, na verdade, do curso da história. Em um momento em que há 13 milhões de desempregados e 37 milhões de trabalhadores na informalidade, é preciso considerar as opções disponíveis, sem preconceitos ideológicos e sem apego a dogmas antigos. Assim é como me parece. Subjacente a essa discussão está uma dualidade que já esteve presente nos debates anteriores sobre questões trabalhistas, que contrapõe, a meu ver, uma visão protecionista/paternalista, de um lado, e uma visão emancipatória e libertadora, do outro lado, que procura fortalecer a negociação e a liberdade de contratar". (ADPF 324 – STF – Voto Relator – 06/09/2019 – Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4620584>).*

Considerando os fenômenos da Terceirização e "Pejotização" no Direito do Trabalho, marque a alternativa correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados da empresa contratada transfere, de forma automática, ao poder público contratante a responsabilidade pelo pagamento, em caráter subsidiário, dos referidos encargos.

**(alternativa B) (CORRETA)**

É possível a utilização da terceirização pela Administração Pública, atendidas algumas balizas estabelecidas em lei, mas a eventual responsabilização como tomadora pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas depende comprovação de falha da Administração na fiscalização do contrato.

**(alternativa C)**

O fenômeno da "Pejotização" é compreendido como contratação de pessoa física por meio pessoa jurídica de forma lícita para prestação de serviços especializados a terceiros.

**(alternativa D)**

Considerando a Lei da Terceirização, nº 6.019/74, alterada pela Lei nº 13.429/17, podemos destacar como uma das principais mudanças a possibilidade de as empresas contratarem serviços terceirizados somente para suas atividades-meio.

**(alternativa E)**

A "Pejotização" é a forma moderna de flexibilização do direito do trabalho e tem como objetivo a garantia dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

**Resposta comentada:**

**O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados da empresa contratada transfere, de forma automática, ao poder público contratante a responsabilidade pelo pagamento, em caráter subsidiário, dos referidos encargos** - ERRADA: Tema 246- STF Tese:

O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**Considerando a Lei da Terceirização, nº 6.019/74, alterada pela Lei nº 13.429/17, podemos destacar como uma das principais mudança a possibilidade de as empresas contratarem serviços terceirizados somente para suas atividades-meio.** ERRADA: LEI No 6.019 4o-A.

Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

**O fenômeno da “Pejotização” é compreendido como contratação de pessoa física por meio pessoa jurídica de forma lícita para prestação de serviços especializados a terceiros.**

ERRADA: A afirmativa está incorreta, pois apresenta a definição de terceirização. A expressão “Pejotização” é utilizada para identificar contratações fraudulentas de pessoas físicas por meio de pessoas jurídicas, visando burlar a legislação trabalhista.

**É possível a utilização da terceirização pela Administração Pública, atendidas algumas balizas estabelecidas em lei, mas a eventual responsabilização como tomadora pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas depende comprovação de falha da**

**Administração na fiscalização do contrato.** ERRADA: nova lei de licitações (14.133), 121, § 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

**A “Pejotização” é a forma moderna de flexibilização do direito do trabalho e tem como objetivo a garantia dos direitos dos trabalhadores no Brasil.** ERRADA: A afirmativa está incorreta. A “Pejotização” é um fenômeno que visa a contratação de pessoas físicas, com observância dos elementos da relação de emprego, por meio de pessoas jurídicas constituídas pelos próprios trabalhadores. Ao contrário do que afirma a assertiva, o objetivo da Pejotização é burlar os direitos trabalhistas, uma vez que o contrato entre pessoas jurídicas é regido por outro ramo, não incidindo os direitos dos empregados previstos em nossa legislação.

**Feedback:**

--

**39ª QUESTÃO****Enunciado:**

Por 10 anos Afonso sem interrupção, nem oposição, possuiu como seu um imóvel de mil metros quadrados, localizado no centro do município de Teresópolis, nele tendo estabelecido sua moradia habitual, no entanto, em todo este período ele nunca teve qualquer título que justifica-se sua posse, e sequer teve boa-fé. Conversando sobre esta situação com um advogado ele foi orientado corretamente que, em razão desse contexto, ele faz jus a aquisição da referida propriedade imóvel através da usucapião:

**Alternativas:****(alternativa A)**

Especial urbana.

**(alternativa B) (CORRETA)**

Extraordinária.

**(alternativa C)**

Familiar.

**(alternativa D)**

Coletiva.

**(alternativa E)**

Ordinária.

**Resposta comentada:**

O caso do enunciado retrata a hipótese prevista no parágrafo único do Art. 1.238 do Código Civil que regula a usucapião extraordinária:

“Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.”

Assim, mesmo sem título e boa-fé, mas exercendo a posse com *animus domini*, sem interrupção, nem oposição, por 10 anos, se tiver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, fará o pretendente jus a usucapião extraordinária. Não o fará a usucapião ordinária pois esta exige justo título e boa-fé. Também não faz jus a usucapião especial urbana pois esta tem como limite área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, assim como a coletiva, e, tão pouco fará jus a usucapião familiar pois esta incide apenas sobre a meação do cônjuge que tiver abandonado o lar por 2 anos ininterruptamente.

**Feedback:**

--

**40ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização intergovernamental que reúne países para promover a paz e o desenvolvimento. Foi criada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. A respeito dos órgãos internos que integram esta organização internacional, leia as assertivas abaixo.

I. A Assembleia-Geral da ONU se constitui como o principal órgão de discussão e deliberação. É constituída por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela própria Assembleia Geral por dois anos.

II. As resoluções da Assembleia Geral possuem caráter vinculante e são classificados como hard law, assim como as resoluções do Conselho de Segurança, uma vez que os dois órgãos são considerados os principais da ONU.

III. No Conselho de Segurança da ONU, diferença mais importante entre os membros permanentes e não permanentes é o direito de veto. Os membros permanentes têm direito de vetar políticas, ações ou diretrizes relativas à segurança internacional e, assim, impedir sua implementação, mesmo que elas tenham sido aprovadas de forma unânime pelos demais membros.

Estão corretas as assertivas contidas apenas nos itens:

**Alternativas:****(alternativa A)**

I e II.

**(alternativa B)**

II e III.

**(alternativa C) (CORRETA)**

III.

**(alternativa D)**

II.

**(alternativa E)**

I e III.

**Resposta comentada:**

O Conselho de Segurança da ONU se constitui como importante órgão de discussão e deliberação. É constituída por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela própria Assembleia Geral por dois anos. As resoluções da Assembleia Geral não possuem caráter vinculante.

**Feedback:**

--

**Enunciado:**

O relatório “Visível e Invisível” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – 2023 indica que ocorreu uma epidemia de violência contra mulheres ao analisar dados do ano de 2022. Segundo o relatório, “33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram violência física e/ou sexual por parte de parceiro íntimo ou ex. 13.6 milhões de mulheres entrevistadas indicam que sofreram violência sexual no ano de 2022. 46,7% das brasileiras afirmam já terem sofrido alguma forma de assédio”. Já o relatório “Visível e Invisível” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - 2025 indica que 15,3% das mulheres brasileiras já foram assediadas fisicamente em transporte público, ao analisar dados do ano de 2024.

(FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 4ª Edição, 2023 e 5ª edição 2025. Relatório de pesquisa, Categorias: Violência contra meninas e mulheres).

Tendo em vista o exposto acima, analise as assertivas abaixo sobre a temática.

I. Tocar propositalmente no peito de uma criança de 11 anos de idade em um vagão de trem constitui o crime de importunação sexual.

II. Manipular a genitália de pessoa deficiente mental com discernimento para o ato constitui crime de estupro de vulnerável.

III. Aproveitar-se do pouco espaço para locomoção em um coletivo lotado para beliscar as nádegas de uma jovem de 18 anos de idade constitui crime de importunação sexual.

IV. Manter relações sexuais mediante violência com pessoa de 16 anos de idade constitui crime de estupro qualificado pela idade.

Estão corretas

**Alternativas:****(alternativa A)**

Apenas as assertivas I e VI.

**(alternativa B)**

Apenas as assertivas I e II.

**(alternativa C)**

Apenas as assertivas I e III.

**(alternativa D) (CORRETA)**

Apenas as assertivas III e IV.

**(alternativa E)**

Apenas as assertivas II e III.

**Resposta comentada:**

As assertivas III e IV estão corretas

A assertiva I está incorreta, pois trata-se de um caso de estupro de pessoa vulnerável.

A assertiva II está incorreta, pois no caso a vítima possui discernimento e em razão disso não é pessoa vulnerável, sendo assim o fato é atípico.

**Feedback:**

--

**42ª QUESTÃO****Enunciado:**

Leia os textos abaixo e responda assinalando a alternativa correta.

O desempenho das atividades dentro dos domicílios dificulta, ainda, a fiscalização pelos servidores públicos, em razão da inviolabilidade domiciliar, ou seja, o servidor não pode entrar na casa do patrão sem autorização de um juiz. Assim, em geral, as instituições responsáveis pela garantia de direitos trabalhistas atuam somente quando a trabalhadora realiza denúncia ou entra com reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho. Muitos empregadores acreditam que a informalidade não será descoberta e não lhes trará prejuízos, pois é uma prática com profundas raízes históricas (...) – Cartilha Ministério Público do Trabalho: Direitos das Trabalhadora Doméstica. Disponível em [https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo\\_pdf](https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo_pdf).

Dona Marilene trabalha como empregada doméstica na casa de Márcia desde outubro de 2021 e, por ser conveniente para ambas as partes, Marilene reside no próprio imóvel, na parte dos fundos, em um quarto de empregada. No início do contrato, as partes estabeleceram por escrito que o horário de trabalho seria de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso (escala 12x36h). Nas férias do período aquisitivo 2021/2022, a empregadora, Márcia, pediu que Marilene saísse da residência durante as férias, alegando que a legislação não permitia a sua permanência no local durante o período de descanso. Nesse caso, à luz da legislação que regulamenta o trabalho de Marilene, marque a alternativa correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

É válida a jornada de 12x36h da maneira feita, assim como é válida a exigência da empregadora durante as férias de Marilene, pois permitir a permanência da empregada no local em que reside, ainda que para descanso anual, configura conduta análoga à escravidão.

**(alternativa B) (CORRETA)**

É lícito que Marilene permaneça no local de trabalho durante as férias, e a jornada 12x36h tal qual estipulada é válida.

**(alternativa C)**

A lei que regulamenta o trabalho de Marilene não autoriza a permanência no seu local de trabalho durante as férias e a jornada 12x36h não poderia ser feita por acordo individual.

**(alternativa D)**

A jornada 12x36h é válida, mas a empregadora deverá pagar como extra aquela que ultrapassar a 8ª diária, sendo ainda abusiva a exigência de Marilene deixar a residência nas férias.

**(alternativa E)**

É inválida a jornada 12x36h porque exige chancela sindical, e a solicitação para deixar a residência é lícita porque justificada.

**Resposta comentada:**

A questão envolve o Trabalho dos Empregados Domésticos, sua regulamentação legal por meio da Lei Complementar 150 de 2015 e a discussão acerca das condições de trabalho da categoria.

Segundo o art. 10 da referida Lei, "*É facultado às partes, **mediante acordo escrito entre essas**, estabelecer horário de trabalho de 12 (doze) horas seguidas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação*".

De forma distinta, como regra, a CLT exige para as outras categorias a negociação coletiva para fixação da jornada de 12 x 36.

Em relação à permanência no local em que reside durante o período de férias, a mesma Lei, em seu art. 17, §5º, prevê que é **lícito** ao empregado que reside no local de trabalho nele permanecer durante as férias.

**Feedback:**

--

**43ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública, agilizando a resposta da Administração, que saiu em prazo recorde. A respeito do tema, leia as alternativas abaixo e verifique a relação entre elas:

I. A conduta de João na situação apresentada viola o princípio administrativo da impessoalidade.

PORQUE

II. O princípio da impessoalidade é um princípio do Direito Administrativo que determina que a atuação do Estado deve ser imparcial e objetiva, sem favorecer pessoas ou grupos por motivos pessoais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**(alternativa B)**

As asserções I e II são proposições falsas.

**(alternativa C)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**(alternativa D)**

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

**(alternativa E) (CORRETA)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**Resposta comentada:**

Ao favorecer o andamento do processo do amigo, o servidor viola o princípio da impessoalidade, que afirma que a atuação do Estado deve ser imparcial e objetiva, sem favorecer pessoas ou grupos por motivos pessoais.

**Feedback:**

--

**44ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

Veit Harlan (1899-1964), durante o nazismo, foi um dos mais populares cineastas do regime. Em 1940, dirigiu o filme *O Judeu Süß*, uma das mais abjetas películas já produzidas por sua incitação ao ódio contra os judeus. Após a guerra, assim como muitos dos que serviram ao nazismo, Harlan foi julgado, mas terminou absolvido. Voltou a dirigir e, em 1951, lançou o filme romântico *Amada Imortal*. Um jornalista alemão e ex-combatente na Segunda Guerra, Erich Lüth (1902-1989), iniciou um boicote nacional contra o filme de Harlan, em razão de seu passado nazista. Os protestos ocorreram em vários cinemas, e os produtores do filme *Amada Imortal* processaram Lüth, sob a alegação de que ele violara o Código Civil ao praticar atos contra os bons costumes. Derrotado no Tribunal de Hamburgo, Lüth reclamou ao Tribunal Constitucional, que decidiu a seu favor. Segundo o tribunal, haveria uma "ordem objetiva de valores" na Constituição, e todo o ordenamento jurídico seria irradiado por essa ordem. A respeito do tema, leia as alternativas abaixo e avalie a relação entre elas:

I. Este caso é considerando um marco da teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

PORQUE

II. Pela primeira vez, uma corte constitucional admitia que um particular utilizasse direitos fundamentais contra outro particular.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

**Alternativas:****(alternativa A)**

As asserções I e II são proposições falsas.

**(alternativa B)**

As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

**(alternativa C)**

A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

**(alternativa D)**

A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

**(alternativa E) (CORRETA)**

As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

**Resposta comentada:**

A eficácia horizontal dos direitos fundamentais é a aplicação desses direitos nas relações entre particulares, ou seja, no âmbito jurídico-privado. A sua primeira aplicação se deu no Caso Luth. Segundo o tribunal constitucional alemão, haveria uma "ordem objetiva de valores" na Constituição, e todo o ordenamento jurídico seria irradiado por essa ordem, incluindo-se aí o direito civil e as relações entre particulares.

**Feedback:**

--

**Enunciado:**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou inquérito administrativo para apurar se o combate das entidades taxistas ao aplicativo Uber representa 'infração à ordem econômica'. A decisão foi tomada após representações de movimentos estudantis do Distrito Federal que denunciavam 'conduta anticompetitiva' dos sindicatos que se moviam contra o aplicativo. [...] Vinculado ao Ministério da Justiça, o Cade é uma autarquia federal com 'missão de zelar pela livre concorrência no mercado'. Em nota, o conselho diz que vem 'acompanhando os conflitos' avalia 'eventuais infrações previstas na Lei de Defesa da Concorrência'. [...] Se o inquérito do Cade comprovar as denúncias, os sindicatos de táxi podem ser punidos. A multa para entidades de classe condenadas por prática anticoncorrencial varia entre R\$ 50 mil e R\$ 2 bilhões. Para empresas, a pena é de 0,1% a 20% do faturamento bruto verificado no ano anterior à abertura do processo (G1. Cade investiga se ações de taxistas contra Uber ferem 'livre concorrência'. Reportagem publicada em: 13.07.2015). Sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), avalie as afirmativas a seguir:

**Alternativas:****(alternativa A)**

A Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/11) não se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

**(alternativa B)**

Constituem infração da ordem econômica os atos que aumentem arbitrariamente os lucros ou prejudiquem a livre concorrência ou a livre iniciativa. Já a conduta de dominar o mercado relevante de bens ou serviços, todavia, não é considerada infração, visto que decorre da própria essência do capitalismo.

**(alternativa C) (CORRETA)**

Compete aos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, dentre outras atribuições, emitir votos nos processos e questões submetidas ao Tribunal, bem como proferir despachos e lavrar decisões nos processos em que forem relatores.

**(alternativa D)**

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas da União.

**(alternativa E)**

O Cade é constituído apenas por dois órgãos: o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica e o Departamento de Estudos Econômicos.

**Resposta comentada:**

**O Cade é constituído apenas por dois órgãos: o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica e o Departamento de Estudos Econômicos. Errado.** Conforme artigo 5º da Lei nº 12.529/11, “O Cade é constituído pelos seguintes órgãos: I – Tribunal Administrativo de Defesa Econômica; II – Superintendência-Geral; e III – Departamento de Estudos Econômicos”.

**O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas da União. Errado.** O Tribunal de Contas da União não compõe o SBDC.

**Compete aos Conselheiros do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, dentre outras atribuições, emitir votos nos processos e questões submetidas ao Tribunal, bem como proferir despachos e lavrar decisões nos processos em que forem relatores. Correto,** conforme art. 11, I e II, da Lei nº 12.529/11.

**A Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/11) não se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que exerçam atividade sob regime de monopólio legal. Errado.** Conforme artigo 31 da Lei nº 12.529/11: “Esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal”.

**Constituem infração da ordem econômica os atos que aumentem arbitrariamente os lucros ou prejudiquem a livre concorrência ou a livre iniciativa. Já a conduta de dominar o mercado relevante de bens ou serviços, todavia, não é considerada infração, visto que decorre da própria essência do capitalismo. Errado.** Conforme artigo 36, II, da Lei nº 12.529/11, “dominar mercado relevante de bens ou serviços” é considerado infração da ordem econômica.

**Feedback:**

--

**46ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

As inovações do CPC de 2015 não solucionaram os óbices que tornam as execuções lentas, pois para além das alterações legislativas, a desburocratização do próprio Poder Judiciário e a adoção de novas tecnologias efetivas são essenciais para que sejam abertos caminhos de êxito nos processos de execução. Indiscutivelmente, uma das maiores queixas da advocacia contenciosa reside na dificuldade em satisfazer os débitos nas execuções judiciais. Segundo o CNJ, no Relatório Justiça em Números 2022, a maior faixa de duração processual está concentrada na fase de execução, perdurando em média 5 anos e 11 meses. Em verdade, existem diversos entraves para o alcance de soluções céleres. Especificamente nas execuções, não basta que o credor tenha o seu direito de crédito reconhecido por uma decisão judicial, é necessário que o sistema processual esteja apto à satisfação efetiva do crédito. Artigo disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/394714/a-ineficacia-das-execucoes-judiciais-no-brasil>

A execução provisória é um importante mecanismo de efetivação das decisões judiciais no Brasil. Leia a situação-problema abaixo e, a partir da CLT e do CPC, aplique a legislação vigente ao caso.

No curso de uma Reclamação trabalhista, o recurso ordinário interposto pela sociedade empresária X, ex-empregadora do reclamante, encontra-se pendente de julgamento e alcança todo o objeto da condenação. Para agilizar o procedimento, o reclamante iniciou a execução provisória do julgado, apresentando os cálculos de liquidação pertinentes, que foram submetidos à análise do adversário, da contadoria do juízo e, depois, homologados por serem reputados corretos. O juiz concedeu 48 horas para que a sociedade empresária depositasse a quantia nos autos, o que foi cumprido. Logo depois o exequente peticionou a liberação do valor homologado a seu favor. O pleito do exequente é

**Alternativas:****(alternativa A)**

viável, desde que o trabalhador assine um termo de compromisso garantindo que devolverá a quantia caso a decisão seja revertida pelo Tribunal.

**(alternativa B)**

viável, tendo em vista a natureza alimentar do crédito trabalhista. Nesse caso, o juiz poderá liberar o valor sem qualquer condição.

**(alternativa C) (CORRETA)**

inviável, porque a execução provisória fica limitada ao bloqueio ou à penhora.

**(alternativa D)**

viável, diante da existência de sentença de 1ª instância, uma vez que o Juízo que teve contato direto com as partes e colheu as provas julgou procedente o pedido do reclamante.

**(alternativa E)**

inviável, pois na Justiça do Trabalho, como regra, os recursos têm efeito suspensivo, de modo que não é possível a execução provisória, havendo evidente falha do juiz.

**Resposta comentada:**

Na situação apresentada, a execução provisória da decisão judicial trabalhista permite que certos atos sejam praticados antes do julgamento final do recurso, como a penhora ou o bloqueio de valores, mas não autoriza a liberação imediata desses valores ao reclamante. Isso ocorre porque, de acordo com o artigo 899, caput, da CLT, os recursos na Justiça do Trabalho não têm efeito suspensivo, ou seja, eles não impedem que a execução seja iniciada.

*"Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora."*

No entanto, a execução provisória fica limitada ao bloqueio ou à penhora dos bens, e não à liberação dos valores antes do trânsito em julgado da decisão. Portanto, a pretensão do reclamante de liberar o valor homologado a seu favor é inviável, pois a execução provisória não inclui a liberação dos valores, mas apenas sua garantia.

**Feedback:**

--

**47ª QUESTÃO****Enunciado:**

O Município X, situado no estado do Rio de Janeiro, fazendo uso de sua competência suplementar e fundamentando no interesse local, editou norma municipal (Lei Ordinária n. Y/2023) proibindo o uso de desagregador, popularmente conhecido como "maraca", cujo instrumento é utilizado para a extração de minérios tipo areia, ilmenite, zircão e rutilo, argila e cascalho, etc. Uma associação de mineradores ajuizou ação questionando a constitucionalidade da lei.

Sobre o caso, tem-se que: o referido equipamento é essencial à prática da atividade de exploração de minérios subaquáticos e não há substituto no mercado; todas as mineradoras possuem as devidas licenças e autorizações para atuação e a utilização do instrumento é permitida por lei federal e estadual; O município criou a lei sob o argumento de que a utilização do equipamento gera danos ambientais municipais de grande monta.

A respeito do tema, leia as assertivas abaixo:

I. De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), o município não possui competência para legislar sobre matéria ambiental em razão de ausência de previsão normativa na Constituição.

II. O município pode legislar sobre matéria ambiental em razão do interesse local.

III. Esta lei é inconstitucional pois, apesar de o município ter competência, não pode usá-la para contrariar legislação estadual ou federal sobre o tema.

Estão corretas as assertivas contidas nos itens:

**Alternativas:****(alternativa A)**

I e III, apenas.

**(alternativa B)**

I, apenas.

**(alternativa C)**

I e II, apenas.

**(alternativa D)**

II, apenas.

**(alternativa E) (CORRETA)**

II e III, apenas.

**Resposta comentada:**

De acordo com o STF, o município possui competência para legislar sobre matéria ambiental em razão do interesse local (art. 30, CF). A lei é inconstitucional pois, apesar de ter competência, não pode usá-la para contrariar legislação estadual ou federal sobre o tema.

**Feedback:**

--

**48ª QUESTÃO****Enunciado:**

A construção dos direitos humanos foi resultante de lutas sociais e políticas, e de fatores históricos e culturais ao longo dos séculos. Inúmeras revoluções, declarações e mudanças políticas foram responsáveis pela consolidação dos direitos humanos. Para Flávia Piovesan (na obra Temas de Direitos Humanos, 2018, p. 103), “os direitos humanos não são um dado, mas um construído”. A respeito da temática e considerando a correta interpretação acerca da citação da autora, assinale a alternativa correta:

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

Apesar de o estudo sistemático dos direitos humanos ter ganho ampla importância depois da 2ª Guerra Mundial, a construção histórica desse ramo do Direito começou muito tempo antes da descoberta do massacre étnico que se deu sob os domínios da Alemanha Nazista.

**(alternativa B)**

Durante o constitucionalismo social, direitos relacionados à limitação do Estado e à garantia de liberdades individuais foram incorporados às constituições, diante da influência de movimentos antiabsolutistas, liderados por filósofos como Montesquieu, Rousseau e John Locke.

**(alternativa C)**

Na fase denominada de neoconstitucionalismo, os direitos sociais foram incorporados às constituições, após a influência de movimentos operários contrários às condições vividas durante a revolução industrial.

**(alternativa D)**

Na fase denominada de liberalismo, os direitos sociais foram incorporados às constituições, após a influência de movimentos operários contrários às condições vividas durante a revolução industrial.

**(alternativa E)**

Apesar de fortemente inspirada pela Revolução Francesa, a Revolução dos EUA diferenciou-se daquela na sua aspiração à universalidade. Enquanto a Revolução Francesa produziu uma declaração de direitos voltada à construção política do novo país, a declaração dos EUA tinha o propósito de levar ao mundo a ideia de liberdade.

**Resposta comentada:**

Trata-se da característica da historicidade. A historicidade dos direitos humanos significa que eles foram conquistados ao longo do tempo, em decorrência de lutas sociais e de contextos históricos. A 2ª Guerra marca o processo de internacionalização dos direitos humanos, mas é verdade que muito antes deste momento histórico revoluções e movimentos sociais aconteceram e foram importantes para a consolidação de direitos humanos individuais e coletivos.

**Feedback:**

--

**49ª QUESTÃO**

**Enunciado:**

**Veja a notícia abaixo, publicada no site do Tribunal Superior Eleitoral em 20/02/2023:**

*Há quase 30 anos, os brasileiros foram às urnas em plebiscito nacional, por determinação constitucional, para escolher se seríamos um país presidencialista ou parlamentarista. O plebiscito ocorreu no dia 21 de abril de 1993, sendo que o sistema presidencialista de governo foi mantido pela população. De um universo de 90.256.461 eleitores na época, compareceram às urnas 66.209.385 (73,36%), sendo que 551.043 votaram em trânsito na ocasião. Cerca de 55% dos eleitores optaram pelo sistema presidencialista de governo, enquanto aproximadamente 25%, pelo parlamentarista. Votaram em branco quase 5% dos eleitores, e cerca de 15% votaram nulo.*

*Agora, analise as afirmativas abaixo e, posteriormente, assinale a única alternativa correta:*

I - Os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República após voto de confiança do Congresso Nacional.

II - Em um Estado Federado, a Chefia de Estado é partilhada entre o Presidente da República e os Governadores de Estado.

III - A forma de governo republicana vincula-se obrigatoriamente ao sistema de governo presidencialista.

IV - No Presidencialismo, as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo não são exercidas por uma única pessoa.

**Alternativas:****(alternativa A)**

Todas as afirmativas são verdadeiras;

**(alternativa B)**

Apenas três afirmativas são verdadeiras;

**(alternativa C) (CORRETA)**

Todas as afirmativas são falsas;

**(alternativa D)**

Apenas duas afirmativas são verdadeiras

**(alternativa E)**

Apenas uma afirmativa é verdadeira;

**Resposta comentada:**

A assertiva I é incorreta pq os Ministros de Estado são nomeados pelo Presidente da República após aprovação no Senado; A assertiva II está incorreta pq governadores não são chefes de estado. A assertiva III está equivocada pq a forma de governo independe da chefia do Estado e do sistema de governo. Já a assertiva IV está equivocada pq no presidencialismo, as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo são exercidas por uma única pessoa.

**Feedback:**

--

**Enunciado:**

“[...] de acordo com o novel art. 6º, §12, da LREF, o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, desde que observados os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil. Trata-se de tutela de urgência, cujos pressupostos são (i) a probabilidade do direito e (ii) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo” (SCALZILLI, João P.; SPINELLI, Luis F.; TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de Empresas e Falência: Teoria e Prática na Lei 11.101/2005. 4. ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. E-book. p.273. ISBN 9786556277950).

O trecho destacado versa sobre a tutela de urgência nos processos de recuperação judicial. Nesse sentido, assinale a resposta correta:

**Alternativas:****(alternativa A) (CORRETA)**

A partir da reforma da Lei nº 11.101/2005 pela Lei nº 14.112/2020, qualquer efeito do processamento da recuperação judicial pode ser antecipado por meio de decisão judicial.

**(alternativa B)**

A instauração prévia de procedimento de mediação ou conciliação perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) é pressuposto para a concessão da tutela de urgência nos termos do art. 6º, §12, da Lei nº 11.101/2005.

**(alternativa C)**

A partir da reforma da Lei nº 11.101/2005 pela Lei nº 14.112/2020, apenas o efeito do processamento da recuperação judicial referente à antecipação da dispensa de certidões negativas de débitos tributários pode ser antecipado por meio de decisão judicial.

**(alternativa D)**

A partir da reforma da Lei nº 11.101/2005 pela Lei nº 14.112/2020, apenas o efeito do processamento da recuperação judicial conhecido como *stay period* pode ser antecipado por meio de decisão judicial.

**(alternativa E)**

Em sede de tutela de urgência, nos termos do art. 6º, § 12 da Lei nº 11.101/2005, não poderá haver nomeação de administrador judicial para acompanhar a devedora enquanto a ação principal não é proposta em juízo.

**Resposta comentada:**

“Além da hipótese de suspensão das execuções pelo prazo de até 60 (sessenta) dias na hipótese de mediação ou conciliação antecedente (LREF, art. 20-B, §1º) [...], tem-se que, de acordo com o novel art. 6º, §12, da LREF, o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, desde que observados os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil. Trata-se de tutela de urgência, cujos pressupostos são (i) a probabilidade do direito e (ii) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. **A partir da reforma de 2020, qualquer efeito do processamento da recuperação judicial pode ser antecipado por meio de decisão judicial.** Evidente que a hipótese mais comum tende a ser a **antecipação do stay period** (justamente para que a devedora consiga organizar a petição inicial da sua recuperação judicial), **mas é possível vislumbrar a antecipação da dispensa de certidões negativas de débitos tributários em certas situações** ou, ainda, **como medida de cautela, a nomeação de administrador judicial para acompanhar a devedora enquanto a ação principal não é proposta em juízo**” (SCALZILLI; SPINELLI; TELLECHEA, 2023).

A instauração prévia de procedimento de mediação ou conciliação perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) é pressuposto para a concessão da tutela de urgência cautelar, nos termos previstos pelo art. 20-B, §1º da Lei nº 11.101/2005, também incluído pela reforma operada pela Lei nº 14.112/2020:

Art. 20-B. Serão admitidas conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial, notadamente: [...]

IV - na hipótese de negociação de dívidas e respectivas formas de pagamento entre a empresa em dificuldade e seus credores, em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação judicial.

1º. Na hipótese prevista no inciso IV, será facultado às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, nos termos do art. 305 e seguintes do Código de Processo Civil, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, para tentativa de composição com seus credores (...).

**Feedback:**

SCALZILLI, João P.; SPINELLI, Luis F.; TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de Empresas e Falência: Teoria e Prática na Lei 11.101/2005. 4. ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. E-book. p.273. ISBN 9786556277950.